



**UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA  
FACULDADE DE EDUCAÇÃO  
PEDAGOGIA**

**LÍTSIA COELHO CARVALHO DA FONSECA**

**AS CONTRIBUIÇÕES DA ESCOLA NO ENFRENTAMENTO  
DA VIOLÊNCIA SEXUAL CONTRA CRIANÇAS E  
ADOLESCENTES**

Salvador  
2010

**LÍTSIA COELHO CARVALHO DA FONSECA**

**AS CONTRIBUIÇÕES DA ESCOLA NO ENFRENTAMENTO  
DA VIOLÊNCIA SEXUAL CONTRA CRIANÇAS E  
ADOLESCENTES**

Monografia apresentada ao Colegiado do curso de Pedagogia, Faculdade de Educação da Universidade Federal da Bahia, como requisito à conclusão do curso de graduação de Pedagogia.

**Orientadora Profª Drª Celma Borges Gomes**

Salvador  
2010

**LÍTSIA COELHO CARVALHO DA FONSECA**

**AS CONTRIBUIÇÕES DA ESCOLA NO ENFRENTAMENTO  
DA VIOLÊNCIA SEXUAL CONTRA CRIANÇAS E  
ADOLESCENTES**

**BANCA EXAMINADORA:**

CELMA BORGES GOMES - Orientadora  
Doutorado em Sociologia pelo Université de Paris III (SORBONNE-  
NOUVELLE)  
Universidade Federal da Bahia

KLEVERSON SUZART SILVA  
Doutor em Educação, Universidade Federal da Bahia (UFBA)  
Universidade Estadual da Bahia

ROSANGELA COSTA ARAÚJO  
Doutora em Educação, Universidade de São Paulo (USP)  
Universidade Federal da Bahia

Aos que acreditam, valorizam e aproveitam esse poderoso instrumento de transformação social: a educação.

## AGRADECIMENTOS

A Cristo, o meu Deus, meu amigo, que me trata com amor, misericórdia e sempre me abre as portas. Sem Ele nada do que foi feito teria sido realizado.

À minha querida mãe Lípsia, pelo amor de todos os dias, pelos incansáveis incentivos e por ter me oferecido condições materiais e imateriais para ter levado este trabalho ao final.

À toda a minha família, minhas tias e em especial, a minha querida vovó que criou seus filhos e netos com muito amor e dedicação.

À minha irmã Édita, pelo companheirismo e cumplicidade de sempre.

Às minhas grandes amigas: Cris, Evânia, Itacira, Jovelina, Leníria, Marise, Milena, Help, Priscila e Rita de Cássia. Elas coloriam os meus dias na FACED. Valeu a pena, meninas!

Aos meus bons professores, pela paciência, competência, compromisso com o conhecimento e com a educação.

À equipe do Centro de Referência Especializado em Assistência Social e o Conselho Tutelar do Município de Lauro de Freitas, por terem me proporcionado grandes experiências de trabalho e de vida.

À minha orientadora Celma Borges, pela sua orientação e competência, contribuição fundamental para o desenvolvimento deste trabalho.

Sou grata a todos vocês, por tudo!

## RESUMO

Este presente trabalho pretende refletir sobre as possíveis contribuições da escola, enquanto instituição formal de ensino, para o enfrentamento da violência sexual contra crianças e adolescentes. Inicialmente, levar-se-á em consideração o referencial teórico básico sobre a problemática da violência sexual contra esses sujeitos, para, assim, podermos entender os detalhes do fenômeno. É um trabalho extremamente importante, visto que esse tipo de violência, tem, cada vez mais, invadido as escolas das piores formas possíveis. É uma violência que acompanha a vida biopsicossocial dos indivíduos e portanto não poderia separar-se da rotina escolar dos seus sujeitos vitimados. Desta forma, procura-se respostas sobre como as escolas, tem contribuído e poderão contribuir para o enfrentamento da violência sexual infantojuvenil. Para tanto, alguns profissionais de escolas Municipais, Estaduais e Particulares de Educação Infantil do Município de Lauro de Freitas, serão entrevistados com questionamentos propícios para a investigação do fenômeno.

Palavras – chave: Violência Sexual; Violência; Criança e Adolescentes; Escola.

## **ABSTRACT**

The present paper intends to discuss about the possible contributions of the school as an institution of formal education, for confronting sexual violence against children and adolescents. Initially, it will take into account the theoretical-basic reference of the problem of sexual violence against these individuals, for understand the details of the phenomenon. It is an extremely important job, since this kind of violence has invaded the schools in the worst possible ways. It is a kind of violence that follows the biopsychosocial life of individuals and therefore could not be separated from the school routine of these victims. This way, we look for answer about how the schools have contributed and can contribute to combating sexual violence against children and adolescents. To reach this target, some teachers of Municipal schools, State school and Private schools of Children's Education in Lauro de Freitas city will be interviewed with questions regarding to the investigation of this phenomenon.

Key words – Sexual Violence; Children and Adolescents; School.

## **LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS**

|       |  |
|-------|--|
| CREAS | Centro de Referência Especializado de Assistência Social |
| ECA   | Estatuto da Criança e do Adolescente                     |



## SUMÁRIO

|  |    |
|--|----|
| <b>INTRODUÇÃO</b> .....  | 10 |
| <b>1. A VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E SUAS CONSEQUÊNCIAS ÀS CRIANÇAS E ADOLESCENTES</b> .....                          | 14 |
| 1.1 VIOLÊNCIA DOMÉSTICA.....   | 14 |
| 1.2 VIOLÊNCIA SEXUAL DOMÉSTICA.....  | 18 |
| <b>2. BREVE HISTÓRICO DA VIOLÊNCIA CONTRA CRIANÇAS E ADOLESCENTES</b> .....                                    | 21 |
| <b>3. AS FACETAS DA VIOLÊNCIA SEXUAL CONTRA CRIANÇAS E ADOLESCENTES</b> .....                                  | 27 |
| 3.1 TIPOS DE VIOLÊNCIA CONTRA CRIANÇAS E ADOLESCENTES.....   | 28 |
| 3.1.1 Violência Física.....  | 29 |
| 3.1.2 Violência Psicológica .....  | 30 |
| 3.1.3 Negligência / Omissão de Atitudes.....   | 31 |
| 3.1.4 Violência Sexual .....   | 32 |
| 3.2 ABUSO SEXUAL CONTRA VULNERÁVEIS.....   | 33 |
| 3.3 EXPLORAÇÃO SEXUAL INFANTOJUVENIL.....  | 36 |
| 3.3.1 Pornografia.....   | 38 |
| 3.3.2 Turismo Sexual de Menores.....   | 39 |
| 3.3.3 Tráfico de Humanos.....  | 40 |
| 3.3.4 Causas e Conseqüências da Violência Sexual Contra Crianças e Adolescentes.....                           | 41 |
| <b>4. AS INSTITUIÇÕES DE ATENDIMENTO ÀS VÍTIMAS DE VIOLÊNCIA SEXUAL EM LAURO DE FREITAS – BA</b> .....         | 46 |
| 4.1 CONSELHO TUTELAR.....  | 47 |
| 4.2 CREAS – CENTRO DE REFERÊNCIA ESPECIALIZADO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL.....                                      | 50 |
| <b>5. AS CONTRIBUIÇÕES DA ESCOLA NO ENFRENTAMENTO DA VIOLÊNCIA SEXUAL CONTRA CRIANÇAS E ADOLESCENTES</b> ..... | 54 |
| 5.1 RESULTADO DA PESQUISA .....  | 55 |
| 5.1.1 Escola Municipal X.....  | 55 |
| 5.1.1.1 Docentes.....  | 56 |
| 5.1.1.2 Gestor.....  | 57 |

|  |    |
|--|----|
| <b>5.1.2 Escola Particular Y</b> ..... | 58 |
| 5.1.2.1 Docentes.....                  | 58 |
| 5.1.2.2 Gestor (a).....                | 59 |
| <b>5.1.3 Escola Estadual W</b> .....   | 60 |
| 5.1.3.1 Docente.....                   | 60 |
| 5.1.3.2 Gestores.....                  | 61 |
| <b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....      | 63 |
| <b>REFERÊNCIAS</b> .....               | 69 |
| <b>APÊNDICES</b>                       |    |

## INTRODUÇÃO

O enfrentamento da violência sexual inicia-se na compreensão das suas causas, formas de manifestação e inevitáveis conseqüências para com as vítimas. As relações desiguais de poder, os domínios econômico, cultural e psicológico que submetem as crianças e adolescentes a um estado de vulnerabilidade, condicionam favoravelmente à ocorrência desse tipo de violência.

De acordo com o Guia Escolar (Métodos para Identificação de Sinais de Abuso e Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes – 2004), a violência sexual é dividida em abuso e exploração sexual. O abuso sexual ocorre quando o adulto submete crianças e adolescentes em atos sexuais, para deles satisfazer seus desejos pessoais. Já a exploração sexual refere-se a prestação de serviços sexuais, que implica em remuneração dada pelo agressor.

O Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA<sup>1</sup>) tem por objetivo defender com prioridade a proteção dos direitos dessa demanda, responsabilizando em um grau hierárquico de competência: a família, a sociedade em geral e o Estado, pela promoção dos direitos fundamentais (educação, saúde, família, alimentação e lazer). Nesse sentido, é de fundamental importância que a escola e sua comunidade estejam preparadas para lidarem com questões desse tipo, para poderem intervir nos possíveis casos de violência sexual contra crianças e adolescentes, já que passam com elas grande parte do seu tempo sob a sua responsabilidade educacional.

A seriedade desse assunto nos faz perceber que, para resolver problemas de violência sexual será essencial que a sociedade entenda a importância da sua participação no enfrentamento da problemática, como já ressalta o Estatuto da Criança e do Adolescente no seu art. 4º: “sociedade em geral” (ECA, 2005). É nesse contexto que aparece um “protagonista” fundamental, citado como tal pelo Guia Escolar: a escola.

---

<sup>1</sup> Tratar-se-á do Estatuto da Criança e do Adolescente, no decorrer do trabalho, através da sigla ECA.

As manifestações da violência sexual nas salas de aula tem sido cada vez mais recorrentes. A violência, propriamente dita, é o reflexo da sociedade contemporânea, já que a escola é um espaço de integração e construção sociais e os sujeitos que fazem parte dela são sujeitos sociais. Diante disso, o problema de investigação é delimitado com as seguintes questões: de que forma as escolas estão conduzindo questões relacionadas a violência sexual de crianças e adolescentes? Quais ferramentas ela tem utilizado e poderá utilizar para enfrentar esse fenômeno?

A comunidade escolar precisa se mobilizar no enfrentamento contra o abuso e exploração sexual. É importantíssimo que os professores, diretores, coordenadores, enfim, todos os que compõem a comunidade escolar saibam reconhecer sinais de violência nas crianças e nos adolescentes, que, nem sempre se expõem fisicamente e após o reconhecimento desses sinais, possam agir coerentemente com as orientações cabíveis.

Os professores, por passarem com eles longos períodos do seu tempo, precisam conhecer os possíveis sinais expressados para poderem assumir um compromisso, em conjunto com a escola, com as ações interventivas que norteiam não só o âmbito preventivo, mas também os procedimentos cabíveis para os casos identificados.

Um dos propósitos desta Monografia é conhecer como a escola tem atuado e pode atuar no enfrentamento da violência sexual. É investigar, como objeto de estudo, como a escola tem ajudado e poderá ajudar as crianças, os adolescentes e as suas famílias a, não só se protegerem, mas a lidarem com a situação após a identificação da violência.

O objetivo principal deste trabalho é pesquisar como os integrantes da comunidade escolar têm contribuído para o enfrentamento da violência sexual de crianças e adolescentes e como poderão se mobilizar em prol da proteção da demanda envolvida nessa problemática, a partir do estudo da literatura sobre o assunto e da pesquisa empírica a ser feita em algumas escolas públicas e particulares do município de Lauro de Freitas.

Os objetivos específicos intencionam caracterizar o fenômeno da violência sexual; classificar os tipos de abuso sexual; investigar como as escolas têm agido diante desses fenômenos; mapear, em Lauro de Freitas-BA, os serviços que atendem as

necessidades das vítimas dessas agressões e conhecer como as escolas podem atuar preventivamente no enfrentamento, mobilizando-se em prol das ações educativas contra a violência sexual.

A construção desse trabalho se expressa na importância da escola se mobilizar no intuito de agir preventivamente contra a violência sexual, já que tem sido tão comum a expressão das suas conseqüências nas salas de aula. Os educadores precisam estar preparados para conviverem dia-a-dia com essa violência, fazendo jus a uma educação transformadora, que pode, com seus efeitos construtivos, ajudar o indivíduo a se reconhecer como sujeitos das suas histórias.

Como participante das palestras realizadas pelo CREAS (Centro de Referência Especializado em Assistência Social do Município de Lauro de Freitas), percebo o desconhecimento sobre as peculiaridades das questões relacionadas à violência sexual, que norteia não só as escolas, mas também os próprios pais: fundamentais no enfrentamento a esse tipo de violência.

A relevância desse tema, portanto, se configura na necessidade de conhecer como a escola pode se tornar protagonista nas atividades preventivas contra esse mal, que por sua vez, ocorre em qualquer classe social, etnia, cultura, gênero e idade. Assim, já que a escola passa praticamente 40% do tempo das crianças e adolescentes sob a sua responsabilidade educacional, ressalta-se a urgência da mesma ser conhecedora das suas potencialidades e utilizá-las, a fim de aderir um trabalho interventivo, comprometido com as possíveis ações que visem contribuir à interrupção do ciclo da violência sexual.

Para atingir os objetivos desta pesquisa, os capítulos foram organizados da seguinte forma: o primeiro é dedicado a assuntos relacionados a violência doméstica e suas conseqüências para as crianças e adolescentes em espaços sociais extrafamiliares. O segundo discorre sobre um breve histórico da violência, em geral, contra esses sujeitos. Já o terceiro, refere-se sobre as facetas da violência sexual infantojuvenil, tratando todos os conceitos básicos pertinentes à compreensão do fenômeno. No quarto, serão expostas as principais Instituições de atendimento às vítimas de violência sexual do Município de Lauro de Freitas-BA e no quinto, falar-se-á, de

acordo com a análise da pesquisa, sobre como as escolas têm contribuído e poderão ajudar no enfrentamento da violência sexual.

Utilizou-se a pesquisa do tipo qualitativa (estudo de caso) juntamente com coletas de dados bibliográficos sobre o tema. Selecionou-se profissionais de algumas escolas Municipais, Estaduais e Particulares do município de Lauro de Freitas, como professores, diretores e coordenadores que tem, tiveram ou não experiências com crianças e adolescentes vitimados de violência sexual. Para tanto, os profissionais dessas escolas selecionadas foram entrevistados respondendo a perguntas elaboradas com o fim de coletar informações e possibilitar base para o desenvolvimento e investigação da pesquisa.

# 1 - A VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E SUAS CONSEQUÊNCIAS ÀS CRIANÇAS E ADOLESCENTES

## 1.1 VIOLÊNCIA DOMÉSTICA

A violência, nas suas variadas formas, é um fenômeno social. Antes dela ser refletida na escola ou em qualquer outro espaço social ela poderá ter sido vivida e produzida no meio familiar. É no espaço familiar que ocorrem os mais diversos tipos de agressões contra crianças e adolescentes.

Certa vez, ao conversar com uma adolescente usuária do Centro de Referência Especializado de Assistência Social - CREAS<sup>2</sup> - que havia quebrado uma carteira da escola na cabeça de um colega de sala, ouvi: “fiquei assim depois que vi meu pai bater em minha mãe. Ele bateu tanto nela que tive que entrar na briga; cortei os três dedos dele pra ele ver como se bate em mulher!” É diante de falas como esta que alguns autores percebem que a violência é vivida e produzida, por meio de relações sociais, no meio familiar e reproduzida em outros espaços sociais, que neste caso foi na escola.

Uma pesquisa realizada por Diniz, Santos e Lopes sobre Representações Sociais da Família e Violência, teve resultado significativo para compreender os embates entre a afirmação da família ser a base de tudo, tão considerada por todos no senso comum e a violência iniciada em sua vivência por e entre ela.

As entrevistas foram feitas a diversos grupos sociais e foram entrevistadas mulheres que já haviam sido vítimas de violência doméstica e homens considerados autores da mesma. Ao analisarem o resultado das entrevistas, ficou claro que as representações sociais da figura masculina na família está ligada a um indivíduo que

---

<sup>2</sup> De agora em diante será utilizada, no decorrer do trabalho, a sigla CREAS para referir-se ao Centro de Referência Especializado de Assistência Social

é naturalmente violento, porém importante, segundo as mulheres, para a preservação da mesma.

Quando se falou em relacionamento conjugal, o casamento foi representado por características negativas, assim como dizem Diniz, Santos e Lopes: “marcado pela falta de respeito, traição, solidão e violência, com o ideal de amor romântico.” (DINIZ, SANTOS e LOPES, 2007, p.3) Contudo, há uma preferência entre elas em conviver com essa violência a viverem sozinhas, com a ausência da figura paterna.

A mesma pesquisa revela um pensamento de estrutura familiar anormal se não houver a configuração de um homem na condição de marido (provedor), uma mulher e seus filhos. Predomina o medo de perder esse homem que provê financeiramente a família. Manter um relacionamento violento, negativo, que deixa marcas tanto físicas quanto psicológicas e vitimam, na maioria das vezes, as crianças e os adolescentes é muito melhor (demonstra a pesquisa) do que viver com a ausência da figura “provedora” masculina. É um mal necessário para o equilíbrio e manutenção dessa família, que, vale ressaltar, possui condições socioeconômicas baixas.

Não só as mulheres na condição de vítimas participaram da pesquisa, ouviu-se também a outra face da moeda: os agressores. Para os homens, manter um relacionamento conjugal violento é demonstrar o seu poder e a sua virilidade. Eles decidem e dirigem atividades básicas relacionadas às mulheres, como com quem ela deve manter um relacionamento de amizade e qual função no seu trabalho deve exercer. Toda essa dominação está estreitamente relacionada com a masculinidade da figura provedora da família, não podendo, para isso, conceber a mesma sem pensar nos diferentes papéis construídos historicamente e exercidos pelo homem e pela mulher na sociedade.

Como as conseqüências são inevitáveis, a pesquisa aponta um resultado da violência chamada “pós-trauma”, que causam efeitos maléficos nos âmbitos social e psicológico, sobretudo, nas crianças e nos adolescentes que convivem nesse ambiente agressivo.

Esses sujeitos, vitimados por essa violência, são encontrados refletindo de maneiras diversificadas, nos espaços escolares. Crianças e adolescentes que muitas vezes



são alvos da violência tão comum nos lares alheios. É com essa criança e com esse adolescente, repleto de novas demandas, que a escola tem lidado dia-a-dia. É nesse contexto que emergem novas exigências para a escola e especificamente para o trabalho docente, como afirma Saul de Jesus em seu texto acerca da motivação docente:

Por seu turno, alterações na estrutura familiar também tem contribuído para que sobre os professores recaiam responsabilidades e funções que não tinham no passado, nomeadamente aquelas que traduzem a necessidade duma compensação afectiva e que pretendem contribuir para o desenvolvimento pessoal e social dos alunos. Estas novas funções parecem, por vezes, entrar em contradições com a formação inicial e com algumas funções mais tradicionais, como sejam cumprir o programa e avaliar os alunos, o que provoca algumas situações de crise identidade docente. (JESUS, 2004, p.83)

Sem dúvida, essas transformações sociais atingem tanto a organização escolar quanto o sentido de educação formadora que a ela é atribuída e sobretudo ao que se refere às responsabilidades do professor. Para este autor esses fatores contribuem para o desenvolvimento do mal-estar docente, expressados pelo stress, depressão, insatisfação e outros males.

Há autores que explicam a reprodução da violência através de uma determinada agressão que, anteriormente, foi vivenciada por quem a reproduz. Os adeptos dessa idéia procuram entender em qual contexto essas crianças e adolescentes vivem, em quais os valores (e se há) as suas atitudes são fundamentadas. Saber que o eles aprendem ou deixam de aprender nas relações familiares podem explicar as suas ações reproduzidas em outros espaços sociais. Não só as suas ações reproduzidas, mas as manifestações dos sintomas causados pela violência, que por sua vez são variados e nem sempre físicos.

Consideram que a configuração do ambiente familiar constitui-se uma das causas da violência contra crianças e adolescentes. Indivíduos envolvidos em problemáticas familiares, como por exemplo: violência doméstica, drogas, promiscuidade, ausência de valores, permissividade, negligência familiar no que tange ao papel educativo dos pais, entre outros, resultam, portanto, em não só alvos da violência, mas também sujeitos que poderão reproduzi-la.

O aumento das ocorrências da violência juvenil pode estar, de acordo com esse pensamento, estreitamente relacionado ao aumento dos fatores de risco. Isso quer dizer que quanto mais o ambiente familiar proporcionar vivências instáveis e problemáticas para a criança e/ou adolescente, mais esse sujeito estará vulnerável a tanto sofrer, como cometer atos violentos em outros espaços sociais. Já a autora Sílvia, em seu livro *Mentes Perigosas*, já concebe a violência por uma linha de pensamento diferente quando se remete a propensão inata do indivíduo a se tornar violento quando vivencia situações violentas. Diz a autora:

As diversas manifestações das condutas psicopáticas nos levam necessariamente a uma avaliação da importância que o meio ambiente pode ter na apresentação deste transtorno. O ambiente social no qual a violência e a insensibilidade emocional são “ensinadas” no dia-a-dia pode levar uma pessoa propensa à psicopatia a ser um perigoso delinqüente. Por outro lado, um ambiente social favorável e uma educação mais rigorosa e menos condescendente às transgressões pode levar essa mesma propensão a se manifestar na forma de um desvio social leve ou moderado. (SÍLVIA, 2008, p. 165)

Pode-se observar, com a fala da autora, que o espaço, mais especificamente, o ambiente familiar pode influenciar na conduta tanto presente quanto futura de crianças e de adolescentes que já possuem uma propensão natural para se tornarem violentos.

Diante desses dois pensamentos, será que transferir a culpa de atos violentos para o mundo, para a sociedade ou para fatores inatos, explica as ocorrências de diversas violências? O homem é produto do meio? Será que ambientes hostis formam, obrigatoriamente, indivíduos agressivos, seja por influência externa ou tendência natural? Sendo um indivíduo morador de um bairro violento, vizinho de pessoas pertencentes ao mundo do crime, que vive em situações vulneráveis e de risco estará condenado, pela realidade, a se tornar um perigoso delinqüente? São questionamentos dignos de futuros estudos, mas, por hora, o mais coerente é pensar que o ser humano é sujeito da sua história e pode, diante de qualquer situação problemática, encontrar perspectivas novas para o desenvolvimento sadio da sua vida.

## 1.2 VIOLÊNCIA SEXUAL DOMÉSTICA

A violência nas escolas tem sido um assunto relevante, que merece uma atenção específica e urgente. Essa urgência é explicada pelos resultados catastróficos das conseqüências de agressões que na maioria das vezes é vivenciada dentro do lar, pois vem marcando negativamente as relações sociais entre aluno-aluno, aluno-professor, aluno-direção da escola e outras. Não obstante, a violência pode se dividir em física, simbólica, psicológica e sexual, a qual dar-se-á, a essa última, uma atenção especial nesta Monografia.

A problemática da violência sexual insere-se, principalmente, no quadro da violência doméstica, e vem sendo o alvo de muitos estudiosos. Possivelmente isso seja explicado pela freqüência das ocorrências que conta com a ajuda do bombardeio da mídia, suscitando, por sua vez, o sentimento de revolta e indignação na sociedade.

É difícil conceber a idéia de que uma pessoa, seja lá quem e como for ela, de diferentes idades, pertencente a determinada classe social, representante de determinada etnia, enfim, venha sendo ou tenha sido vítima de algum tipo de violência. As formas de agressão indignam e comovem todos os indivíduos que lutam pela promoção e preservação dos direitos humanos, e quando as vítimas são crianças e adolescentes a proporção do problema se torna muito maior.

Deve-se ter a consciência de que ao se tratar de sujeitos vulneráveis, indefesos (principalmente se tratando de crianças) e precisados de cuidados específicos, a dor da violência bem como as suas conseqüências, são sentidas e refletidas de uma forma diferenciada. Porém, esse olhar diferenciado vem sendo, com muita ocorrência, negligenciado pelos agressores e pelas pessoas que são coniventes a tais situações. E para essa negligência o ECA – Estatuto da Criança e do Adolescente prevê no seu art. 5º:

Nenhuma criança ou adolescente será objeto de qualquer forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão, punido na forma da lei qualquer atentado, por ação ou omissão, aos seus direitos fundamentais. ( ECA, 2005)

Pode-se perceber a individualidade dessa demanda muito mais no artigo 6º do ECA, devendo-se considerar “a condição peculiar da criança e do adolescente como pessoas em desenvolvimento” (Ibid, 2005). Portanto, essa “condição peculiar” desses sujeitos evidencia que a criança sente e age nas situações diferentemente do adulto. Não se pode esperar de uma criança ou de um adolescente os mesmos reflexos da violência vivida, nem muito menos, os mesmos mecanismos de defesa de uma pessoa adulta. A intensidade dessas agressões vividas por essa demanda é muito mais acentuada.

E, considerando que esses sujeitos estão em processo de desenvolvimento, a violência sexual configura-se uma das piores formas de agressão contra eles. Esse tipo de violência refere-se a uma violação à liberdade sexual que é ou pelo menos deve ser de direito a todo indivíduo. É o direito a ter liberdade de se relacionar com a pessoa desejada e no caso das crianças e adolescentes, na idade e com a maturidade adequada para esse tipo de relacionamento.

Foi pensando nesses sujeitos em processo de desenvolvimento, ainda não preparados para o desenrolar da vida, que possuem condições psicológicas e físicas em formação e portanto, sob situação de fragilidade, que se tornou necessário a formulação do Estatuto da Criança e do Adolescente. Para isso a lei 8.069/90 diz no seu art. 3º:

A criança e o adolescente gozam de todos os direitos fundamentais inerentes à pessoa humana, sem prejuízo da proteção integral de que trata esta Lei, assegurando-se-lhes, por lei ou por outros meios, todas as oportunidades e facilidades, a fim de lhes facultar o desenvolvimento físico, mental, moral, espiritual e social, em condições de liberdade e de dignidade. (Ibid, 2005)

Deve ser enfatizado o fato de que os direitos fundamentais são inerentes à pessoa humana, porém precisou ser criada uma lei para protegê-los e tentar impedir a violação dos mesmos. Violação essa que é contra o direito natural da pessoa humana de sorrir para a vida e por isso faz da violência um fenômeno multifacetado.

O que falta, portanto, é reconhecer a posição fragilizada, vulnerável das crianças e os adolescentes bem como a necessidade de proteção integral das mesmas. Este assunto é extremamente importante, pois já é tão difícil e doloroso discorrer sobre violência, qualquer que seja ela, contra adultos, quanto mais contra crianças e

adolescentes que vivem, sentem e refletem o mundo de forma diferenciada. A referência não é adultos, mas sim sujeitos em processo de desenvolvimento tanto físico quanto psicológico.

Há, diante disso, a urgência de enfrentar essa problemática, sendo esse o maior objetivo desta Monografia: contribuir para o enfrentamento da violência sexual de crianças e adolescentes. Isso se dará por meio de reflexões sobre esse tipo de violência, que ocorrerá no desenvolver dos capítulos do trabalho e na análise da investigação da pesquisa após o recolhimento dos resultados dos questionários aplicados a sujeitos de algumas unidades públicas de ensino do município de Lauro de Freitas. Buscar-se-á uma resposta da comunidade escolar acerca das possíveis intervenções educativas que são e poderão ser utilizadas diante dos fenômenos relacionados a violência sexual contra crianças e adolescentes que tem invadido as escolas das piores maneiras possíveis.

## 2. BREVE HISTÓRICO DA VIOLÊNCIA CONTRA CRIANÇAS E ADOLESCENTES

A contribuição da história é extremamente importante para a dinâmica do conhecimento. Não há nada melhor do que mergulharmos no mar da história para entendermos os significados dos acontecimentos contemporâneos. O autor Cambi ressalta a grande importância de ativarmos a memória a fim de criticamente compreendermos fatos do presente, quando diz: “o que está antes condiciona o que vem depois” (CAMBI, 1999, p.37). E com isso, nada mais especial do que retrocedermos no tempo, comentando um pouco sobre a violência contra crianças e adolescentes no mundo.

Em tempos modernos, as políticas públicas em prol da proteção e promoção dos direitos humanos às crianças e adolescentes tem se fortalecido. Porém, a história social, cultural e política da humanidade comprova o quanto esses sujeitos citados acima sofreram e, até mesmo, morreram para que esse fortalecimento se mostrasse necessário. Não será surpresa nem incoerente dizer que a história relatará que a violência contra crianças e adolescentes não é uma forma de relação social recente. Ao retroceder na história das civilizações da antiguidade, encontrar-se-á um povo cuja cultura destratava e violentava as crianças e adolescentes de uma maneira cruel e desumana: o povo espartano do período Arcaico da Grécia – Século VII a.C..

A estrutura social desse povo dividia-se em três camadas: aqueus, escravos e os dórios, ao qual dar-se-á maior ênfase. Os aqueus eram pessoas que usufruíam de boas condições materiais, porém não podiam intervir nas decisões políticas de Esparta já que não podiam gozar dos seus direitos políticos. Os Hilotas (escravos habitantes da cidade Helo, onde foi dominada pelos dórios), como sugere o título, escravizados por não possuírem qualquer proteção pela lei da época e dizem os autores Arruda e Piletti que eles viviam em condições humanas das mais miseráveis da história antiga. (ARRUDA; PILETTI, 1998, p.41) Já os dórios, chamados espartíatas – eram os guerreiros que recebiam uma educação militar específica.

Essa educação espartana caracterizava-se pela reverência ao “laconismo” (o falar em poucas palavras), o que servia para privá-los de dividir idéias uns com os outros e a “xenelasia” (expulsão de estrangeiros), a fim de evitar socialização de

pensamentos novos, sob influências externas, nocivos para o sistema político de Esparta. Os cidadãos espartanos, especificamente os dórios, eram educados para viverem guerreando para o Estado.

Existia uma liberdade sexual, que permitia até o empréstimo de esposas para outros homens, pois o interesse maior dessa cultura era fornecer filhos que pudessem servir, posteriormente, para compor e fortalecer o exército espartano. A procriação respeitada por essa cultura evidenciava uma tamanha violência contra as mulheres, por serem obrigadas a prestarem serviços sexuais a vários homens em prol do exército espartano, bem como às crianças, uma vez que recebiam uma educação militar na fase infanto-juvenil. Sobre essa educação dizem os autores:

Os anciãos examinavam todo recém-nascido. Se não fosse robusto e sem defeitos, era lançado do alto do Monte Taigeto. As crianças ficavam com as mães até os 7 anos. Eram então entregues ao Estado, que lhes dava educação cívica até os 12 anos. Os meninos, nessa idade, iam para o campo, onde deviam sustentar-se por conta própria. Dormiam ao ar livre, em camas de bambu, que colhiam com as mãos, às margens do Rio Eurotas. Comiam o que roubavam. Se fossem apanhados roubando, eram espancados até a morrer, não pelo roubo, mas demonstração de inabilidade. (Ibid, 1998, p.42)

Observa-se que existia uma configuração de violência organizada para atender interesses políticos da sociedade espartana. Não existia respeito ao direito à vida para as crianças com necessidades especiais, afinal de contas, como elas seriam adaptadas para servirem ao Estado nas guerras? Então, a solução encontrada pelos Anciãos espartanos (cidadãos acima de 60 anos influentes na política) era negar a essas crianças o direito à vida que, a priori, é inerente a todo ser humano.

É difícil imaginar crianças e adolescentes tendo que providenciar, obrigatoriamente, dormida e alimentação como mostram os autores acima. Eram submetidos a se alimentarem dos frutos do que roubavam, correndo o risco de perderem suas vidas caso demonstrassem inaptidão no ato infracional. Podiam pagar com a vida pela falta de exímio no crime. Ou roubavam com excelência, ou eram condenados a morrerem não só pela fome, mas também pela “demonstração de inabilidade” no crime.

Rogéria Martins, em sua Tese de Mestrado sobre o Abuso Sexual e a Escola, conta um breve histórico da violência contra crianças e adolescentes em Portugal e na

Europa Antiga, na Idade Média. Segundo ela as peculiaridades da vida infantil, nesse período, eram muito ignoradas e sobre essa situação diz que “as crianças, nesse período, principalmente das classes populares, eram consideradas um pouco mais que animais!” (MARTINS, 2007, p.16) Essa é uma fala inicial da sua tese e com ela pode-se imaginar o que virá mais adiante. Ao discorrer sobre as situações em que as crianças e adolescentes portuguesas do século XVI vivenciavam nas viagens marítimas, nos deparamos com as mais diversas formas de violência. E sobre agressões contra esses sujeitos, Faleiros em seu livro *Escola que Protege* afirma:

A violência, de qualquer tipo, contra crianças e adolescentes é uma relação de poder na qual estão presentes e se confrontam atores/forças com pesos/poderes desiguais, de conhecimento, força, autoridade, experiência, maturidade, estratégias e recursos. (FALEIROS, V. de P.; FALEIROS, E. S.; 2007, p.31)

E com muita estratégia, experiência e recursos, esses sujeitos eram agredidos, quando submetidos a um estado permanente de violação de direitos que, por sinal, nem eram reconhecidos na época. Com base em referências bibliográficas sobre essas viagens marítimas, é exposto, na tese de Martins, três perfis de crianças e adolescentes que viajavam e eram submetidas às situações cruéis de violência.

Os grumetes – crianças entre oito a quatorze anos de idade que, vivenciavam situações das mais diversas formas de agressões, pois além de terem sido exploradas no trabalho infantil, eram violentadas sexualmente quando serviam os marinheiros da tripulação. Já os Pagens, tinham quase a mesma idade dos grumetes, porém tinham certos privilégios na rotina de trabalho dos navios e não se isentavam dos serviços sexuais prestados aos oficiais em nome de tais regalias. Por fim, as crianças Órfãs Del Rei. Meninas virgens, que, por serem órfãs de pais, viviam em situações subumanas nos navios, além de serem violentadas sexualmente nas embarcações.

Esses relatos históricos mostram como a violência, incluindo a sexual contra crianças e adolescentes é uma relação social antiga. Como diz Martins, “as crianças eram submetidas a todo tipo de sorte, nessas embarcações, fome, sede, fadiga, abusos sexuais, humilhações e constata-se que o fenômeno se constitui num universo histórico, que ultrapassou gerações”. (Ibid, 2007, p.18) Hoje as pessoas perguntam e até acham que a violência sexual é um fenômeno recente – pela



tamanha propagação de casos denunciados – porém, a história das relações sociais, culturais e políticas das civilizações antigas relata o quanto ela se perpetua no tempo.

No período da Idade Média, percebe-se uma configuração de violência contra crianças e adolescentes, com “estratégia”, “recursos”, “experiência” e “força de autoridade” específicas à época, como citado acima por Faleiros. Mas não se encerra por aí, pois o autor Heywood (2004) conta no seu livro “Uma História da Infância”, outros tipos de agressões vivenciadas por esses sujeitos, que por sua vez, regida, novamente, por interesses políticos, culturais, econômicos e sociais de um novo período: a Revolução Industrial, no século XVIII.

A Revolução Industrial ocorreu na Inglaterra e representou uma ruptura do Antigo Regime por causa da substituição da força de trabalho humano pela evolução tecnológica, com a utilização das máquinas no sistema fabril. Diz o autor citado acima, que no século XVIII, as imagens das crianças e adolescentes na Revolução Industrial era de sufocamento por subir numa chaminé, trabalhando, ou uma mãozinha acompanhando o ritmo de uma grande máquina industrial.

É a história da violência contra crianças e adolescentes no mundo e o trabalho infanto-juvenil faz parte da realidade da violência contra esses sujeitos, em tempos distintos. Eles fizeram parte da massa trabalhadora explorada nas tecelagens de algodão, nas fábricas e nas minas de carvão. (HEYWOOD, 2004)

Este autor conta que os trabalhos realizados pelas crianças desse período eram muito maiores, “tanto em intensidade quanto em duração”, do que as tarefas feitas pelos chefes de família. Elas trabalhavam juntas com seus responsáveis. Segundo o autor acima elas trabalhavam até 12 horas por dia tendo apenas 6 a 7 anos de idade.

É difícil imaginar tais situações de exploração sobre trabalho infantil, que não deixa de configurar-se como um tipo de violência. Remete-nos a pensar nas condições de saúde tanto física quanto psicológicas desses sujeitos. E quanto a isso diz o autor que “os primeiros observadores a soar o alarme foram médicos das cidades industriais da Inglaterra, perturbados com a condição física das crianças trabalhadoras.” (Ibid, 2004, p.175) Não era pra menos essa preocupação, visto que,

por exemplo, aspiravam dia-a-dia fumaça nas chaminés industriais - a ponto de se sufocarem em meio a ela.

A exploração do trabalho infantil representa violação de direito, e o pior é saber que não é uma situação que desapareceu no passado. Há ocorrências deste tipo de violência no século XXI. Quantas crianças e adolescentes são obrigados a trabalharem nas sinaleiras dos diversos Estados brasileiros, a fim de ajudarem na renda familiar e à sua sobrevivência pessoal nas ruas? O autor Kaly em sua tese de doutorado sobre a vida dos meninos de rua em Salvador-BA, relata uma realidade cruel de violação de direitos fundamentais (“inerentes a pessoa humana”, como informa o art. 3º do ECA) contra as crianças e adolescentes moradores de rua.

Este autor detalha um dos perfis denominado de “batalhador” sobre alguns desses sujeitos, o que demonstra o descumprimento deste artigo pelo Estado brasileiro:

O *batalhador* é uma pessoa, segundo os próprios meninos, que faz qualquer tipo de trabalho para ganhar honestamente seu dinheiro. No dia-a-dia, porém, as pessoas conhecidas que não dispõem de um trabalho fixo dizem que estão batalhando. A palavra *batalhador* passou a ter o mesmo sentido que a palavra *biscateiro* em Salvador. O batalhador, como o biscateiro, é alguém que vive em sobressalto no plano financeiro. Mas isso não quer dizer que o mesmo menino não aproveite as oportunidades para furtar e até para roubar. É preciso observar também que há uma diferença entre os meninos trabalhadores e os batalhadores. Os numerosos meninos trabalhadores podem vir a ser meninos de rua batalhadores ou simples meninos de rua. Os batalhadores são os que trabalham para sustentar a família – que pode continuar morando no seu bairro ou estar sendo criada na rua. Por serem provedores de família, temem ser presos. Na rua, ajudam vendedores ambulantes, lavam e guardam carros, ou simplesmente os limpam nas sinaleiras. Outros tornam-se engraxates ou vendedores de balas e, na vida adulta, catadores de ferro-velho, latas e papelão. (KALY, 2005 p.193)

Os *batalhadores* sustentam as suas famílias e Kaly mostra na sua tese que as crianças e adolescentes não só entram cedo no mercado de trabalho informal para contribuir com as despesas da família, e sim - também – para satisfazer suas necessidades pessoais. (Ibid, 2005) A condição deles serem considerados “batalhadores” não muda a realidade dos mesmos terem seus direitos, ditos como fundamentais pelo ECA, violados por todos aqueles que possuem a obrigação de assegurar-lhes os mesmos.

Observa-se que a exploração do trabalho infantojuvenil não pode ser considerada exclusiva do tempo passado. Eles são explorados direta ou indiretamente pelas suas condições de vida. Diretamente quando os seus responsáveis delegam a esses meninos o papel de provedor do lar e indiretamente, quando as Políticas Públicas responsáveis por, também, protegê-los, falham na promoção das condições de vida básicas para a sobrevivência dos mesmos. Muitas dessas crianças e adolescentes são obrigados a se tornarem homens e mulheres adultos precocemente, entrando no mercado de trabalho informal a fim de sobreviverem à dura realidade de vida que as ruas lhes impõe. Diante disso, é fácil concordar com o pensamento de Hannah Arendt (1970) sobre violência quando diz:

Poder, força, autoridade, violência – nada mais são do que palavras a indicar os meios pelos quais o homem governa o homem; são elas consideradas sinônimos por terem a mesma função. É apenas depois que se cessa de reduzir as questões públicas ao problema da dominação, que as informações originais na esfera dos problemas humanos deverão aparecer, ou antes reaparecer, em sua genuína diversidade. (ARENDR, 1970, trad. 2004, p.27)

E as “informações originais na esfera dos problemas humanos” aparecem por trás de complexas formas de relações sociais vividas pelos indivíduos. Todos esses conflitos sociais supracitados têm causas (quase sempre estimulados pela violência) e expressa, inevitavelmente, suas conseqüências na sociedade. Portanto, pode-se considerar que a violência, nas suas mais variadas formas, move diversas relações sociais e por conseqüência, como diz Faleiros, toda relação violenta diz não aos direitos das vítimas e até “desestrutura sua identidade”. (FALEIROS; FALEIROS, 2007, p.29)

Por fim, o que torna cada vez mais o assunto desse trabalho doloroso é saber que as crianças e os adolescentes não estão e nunca estiveram protegidos e isentos de vivenciarem, como vítimas, situações de violência. E justamente por exercerem tais papéis na sociedade são alvos vulneráveis de se envolverem e de se submeterem dolorosamente nestas relações sociais movidas por ações agressivas.

### 3 AS FACETAS DA VIOLÊNCIA SEXUAL CONTRA CRIANÇAS E ADOLESCENTES

A violência sexual contra crianças e adolescentes é uma das piores formas de agressão contra essa demanda, e se não for a mais cruel. Trata-se de um crime contra a dignidade sexual desses sujeitos e suas conseqüências poderão causar efeitos intensos e muito dolorosos para as suas vidas. De acordo com Moura sobre os diversos efeitos maléficos referentes ao desrespeito a liberdade sexual da vítima, que, a priori, deve ser preservada e protegida:

...pode também provocar danos, às vezes irreversíveis, à sua saúde e ao seu desenvolvimento. Esses efeitos são variáveis, dependendo da idade da vítima e do agressor, da relação entre eles, da personalidade da vítima, da duração, da freqüência, do tipo e gravidade do ato violento e da reação do ambiente. (MOURA, 2008, p.20)

Falar desse mal contra um adulto já é desagradável e desconfortável, quanto mais quando se trata de sujeitos vulneráveis a se submeterem e sofrerem violações de direitos por serem crianças e adolescentes na sociedade. Sugere muito mais desumanidade por parte de quem a pratica. Ainda diz Moura:

Essas violações variam de atos de omissão, como não registrar o nascimento ou não garantir acesso a serviços de saúde e educação, a trabalhos forçados, aplicação de métodos violentos nos processos disciplinadores, agressões psicológicas ou sexuais, abusos deliberados e exploração sexual. (Ibid, 2008, p.18)

Apesar de lidar com tais situações todos os dias no CREAS – Centro de Referência Especializado de Assistência Social em Lauro de Freitas-BA, não é uma missão fácil compreender os motivos que impulsionam indivíduos a cometerem violações contra esses sujeitos e especificamente contra a dignidade sexual infanto-juvenil.

O objetivo desse capítulo é fornecer informações sobre as facetas desse tipo de violência, a fim esclarecer detalhes sobre a problemática erroneamente conhecida pelo senso comum, para então contribuir à diminuição da cultura de tal violação.

O primeiro passo é definir alguns conceitos sobre o tema, necessários para a compressão do fenômeno, a começar pela definição das principais formas de

violência contra crianças e adolescentes. O segundo passo é dividir a violência sexual em duas vertentes: abuso sexual e exploração sexual infanto-juvenil. O terceiro passo referirá às causas e conseqüências desse tipo de agressão para as vítimas envolvidas nestas relações sociais movidas a violência.

### 3.1 TIPOS DE VIOLÊNCIA CONTRA CRIANÇAS E ADOLESCENTES

A violência infanto-juvenil vem, de forma assustadora, ocupando espaços largos na sociedade contemporânea, devido aos dolorosos impactos causados por ela nas vítimas. Existem vários tipos de agressões contra crianças e adolescentes e sempre há implicado nessas ações, relações de poder. No entanto, nem toda relação de poder entre um adulto e uma criança deva ser movida, obrigatoriamente, por atos violentos. O adulto tem, sim, sobretudo os pais, poder para responder por uma criança ou um adolescente, tendo em vista que esses indivíduos estão em processo de desenvolvimento biológico, social e psicológico.

Ser criança é descobrir e compreender o sentido de um mundo já descoberto, compreendido e vivido pelo adulto. É, através de experiências, familiarizar-se com os detalhes e as entrelinhas da vida. É, pela sua inocência, ingenuidade e falta de maturidade, que ela necessita da interferência do adulto para não ser vítima de acidentes e incidentes não calculados previamente por ela. Desta forma, o adulto precisa manter uma relação de poder sobre esses sujeitos, mas um poder sadio e significativo para o seu crescimento biopsicossocial. Não significa dizer que, para o adulto manter uma relação de poder sobre uma criança ou adolescente, precisará ignorar os seus direitos, sentimentos e desejos.

A liberdade dos pais, por exemplo, de imporem condições que favoreçam o crescimento físico e subjetivo dos seus filhos, mesmo que tais imposições não sejam as mais aceitáveis para o mundo infantojuvenil – não quer dizer que deva ser uma liberdade que viole e negue os direitos fundamentais à vida desses sujeitos. O poder é uma força que alguém possui para obter, através dele, objetivos de seu interesse. Cabe, portanto, distinguir a diferença entre um poder violento e poder não violento.

Quando, nessa relação de poder, ocorre o desrespeito e por conseqüência, violação de direitos, há nesse relacionamento um “poder violento” com finalidade maléfica – assim como diz Faleiros:

O poder é violento quando se caracteriza como *uma relação de força* de alguém que a tem e que a exerce visando alcançar objetivos e obter vantagens (dominação, prazer sexual, lucro) previamente definidos. A relação violenta, por ser desigual, estrutura-se num processo de dominação, através do qual o dominador, utilizando-se de coação e agressões, faz do dominado um objeto para seus “ganhos”. (FALEIROS; FALEIROS, 2007, p.29)

Uma das causas que explicam a exposição das crianças e adolescentes à tipos de violências e muitas delas tão cruéis é justamente esse mal uso do poder por aqueles que o tem.

Diante das variadas formas de violência contra crianças e adolescentes, falar-se-á neste primeiro passo – para a compreensão do fenômeno da violência sexual - sobre quatro tipos de agressões contra esses sujeitos: a violência física, a violência psicológica, a negligência/omissão e a violência sexual.

### **3.1.1 Violência Física**

A começar pela violência física, trata-se de agressões infantojuvenis mais conhecidas pelo senso comum, justamente por ser a mais visível pelas pessoas. É uma violência que, além de causar dores físicas, deixa marcas exteriores nas vítimas, como um arranhão violento, um espancamento, uma marca vermelha ou roxa de um tapa, uma queimadura nas mãos causada por um ovo ou colher quente, enfim, tudo o que for possível e fácil de ser percebido a olho nu.

Esse tipo de violência, bem como todas as outras que serão discorridas nesta Monografia, são tão desumanas que torna a leitura e escrita um tanto quanto desconfortáveis. Trata-se de agressões contra sujeitos que não possuem condições físicas e psíquicas de se prevenirem e se defenderem contra tais atos. É utilizada, nestes tipos de maus tratos, a força física para coagir, constranger, impor condições e forçar situações que beneficiem apenas o autor covarde da agressão.

De acordo com Barbosa, “as lesões derivadas da violência também são das mais diversas formas, desde os vermelhões, hematomas, até as queimaduras de terceiro grau e fraturas.” (BARBOSA, 2007, p.19). Covarde por se tratar de uma relação desigual de poder, movida por alguém que possui estruturas físicas, psíquicas e cognitivas superiores aos das vítimas em questão.

### 3.1.2 Violência Psicológica

A violência psicológica, apesar de não ser percebida tão claramente como a física, causa efeitos maléficos e profundos nas vítimas. Apesar da sua suposta invisibilidade, a prática da mesma ocorre com muito mais frequência, por diversos autores, de variadas faixas etárias, classes sociais e econômicas. Normalmente ela não é considerada como um tipo de agressão, pois quando fala-se em violência, a primeira ligação que as pessoas fazem é com a da física. Explica-se, talvez, pela necessidade que o ser humano possui de interagir com o palpável, com o notório e óbvio. Dizem Faleiros; Faleiros sobre tal violência:

A violência psicológica é uma relação de poder desigual entre adultos dotados de autoridade e crianças e adolescentes dominados. Esse poder é exercido através de atitudes de mando arbitrário (“obedeça porque eu quero”), de agressões verbais, de chantagens, de regras excessivas, de ameaças (inclusive de morte), humilhações, desvalorização, estigmatização, desqualificação, rejeição, isolamento, exigência de comportamentos éticos inadequados ou acima das capacidades e de exploração econômica ou sexual. (FALEIROS; FALEIROS, 2007, p.36)

É uma forma de violência cruel, que intenciona transgredir a auto-imagem das vítimas, machucando sua auto-estima, causando-lhes tortura e desequilíbrio mental. Humilhações, constrangimentos e ameaças são exemplos de violência psicológica. As ameaças são comuns nesse tipo de agressão e desestrutura o psicológico de qualquer pessoa adulta, quem dirá de uma criança ou adolescente. Guerra afirma sobre a referida agressão:

A violência psicológica, também designada como tortura psicológica ocorre quando um adulto constantemente despreza a criança, bloqueia seus esforços de auto-aceitação, causando-lhe grande

sofrimento mental. Ameaças de abandono também podem tornar uma criança medrosa e ansiosa, representando formas de sofrimento psicológico. (GUERRA, 2001, p.33)

Assim, não se pode pensar na violência psicológica sem implicar nela questões referentes a relação de poder, já que trata-se da utilização abusiva da mesma.

Não obstante, as conseqüências dessas ações abusivas são das mais variadas possíveis. Sobre o resultado maléfico dessa agressão, diz Faleiros:

Não é raro que a vítima tenha uma imagem deteriorada de si mesma, com baixa estima ou depressão. Pode tornar-se também extremamente ansiosa ou negligente consigo, apresentando comportamentos de desatenção, alucinatórios e estranhos, vindo até a perder a pulsão de vida e a energia que caracterizam uma criança. Às vezes, a violência psicológica pode levar ao suicídio, quando as exigências ou o abandono se tornam insuportáveis. Como uma forma de crueldade mental, pode estar associada ou combinada com a violência sexual e com a violência física. (FALEIROS; FALEIROS, 2007, p.36)

O autor define muito bem o que significa esse tipo de violência, explicitando suas conseqüências: “crueldade mental”. Por meio dessa crueldade o autor da agressão consegue extrair proveitos egoístas e desumanos, subjugando o violentado a um estado de cárcere psicológico.

### **3.1.3 Negligência / Omissão De Atitudes**

A negligência refere-se a atitudes de amor, de responsabilidades e de zelo não tomadas por displicência e até mesmo por serem ignoradas, considerando que o indivíduo prejudicado nessa ausência de atitudes é um ser dependente das mesmas. Representa um tipo de violação contra a promoção das condições básicas à vida de qualquer indivíduo. Diz Guerra (2001):

A negligência representa uma omissão em termos de promover as necessidades físicas e emocionais de uma criança ou adolescente. Configura-se quando os pais (ou responsáveis) falham em termos de alimentar, de vestir adequadamente seus filhos etc., e quando a falha não é o resultado das condições de vida além do seu controle. (GUERRA, 2001, p. 33)



É uma forma de relação social negligente, quando pessoas responsáveis por promover cuidados específicos e fundamentais para aqueles que precisam deles. É uma forma de violência não muito visível, mas muito significativa para a saúde tanto mental quanto física, sobretudo quando tem por vítimas crianças e adolescentes.

Para Faleiros, o abandono é uma “forma extrema” da negligência quando são dadas para outro cuidar, não registradas e o próprio abandono nas portas de casa, esquinas etc. (FALEIROS; FALEIROS, 2007) Já para Barbosa, os conceitos de negligência e abandono de dissociam. Para este último autor, para negligenciar cuidados não precisa necessariamente abandonar o sujeito. (BARBOSA, 2007)

É óbvio que tanto a negligência quanto o abandono confirmam-se violências e causam efeitos maléficos profundos nas vítimas. Sobre as consequências da negligência infanto-juvenil, afirma Faleiros que ela atinge gravemente os âmbitos subjetivo, físico e social das crianças e dos adolescentes já que privam as mesmas de viverem com afeto, com respeito e direitos. (FALEIROS; FALEIROS, 2007)

Como afirma Ambramovay: “A cultura da violência se sustenta, também, pela coerção e pela cumplicidade ativa ou passiva de muitos.” (AMBRAMOVAY, 2002, p.57) E essa “cumplicidade ativa ou passiva de muitos” fortalece a rede da crueldade, que só intenciona destruir os sonhos e a esperança dos sujeitos que, nestas relações, são obrigadas a manterem suas perspectivas de vida e dignidade sexual presas no cárcere da perversidade.

### **3.1.4 Violência Sexual**

Sobre a violência sexual, dar-se-á neste tópico apenas uma definição, em meio a tantas outras, pois além desse assunto, será explicitado com detalhes, no segundo passo, à compreensão da problemática, como proposto acima.

Para Moura, violência sexual é:

Todo ato ou jogo sexual, relação hétero ou homossexual, entre um ou mais adultos (parente de sangue ou afinidade e/ou responsáveis) e uma criança ou adolescente, tendo por finalidade estimular sexualmente uma criança ou adolescente ou utilizá-los para obter uma estimulação sexual sobre sua pessoa ou outra pessoa. Em ocorrências desse tipo a criança é sempre vítima e não poderá ser transformada em ré. (MOURA, 2008, p.24)

Esta definição carrega consigo algumas verdades sobre o fenômeno, que serão detalhadas a seguir. Cabe adiantar que a violência sexual é dividida em abuso sexual e exploração sexual. Ambos têm algo em comum: fazerem como vítimas sujeitos que, a priori, devem ter preservados e amparados legalmente sua integridade física, psíquica, moral e social, e diferem no caráter comercial da situação, pois serviços sexuais são negociados na exploração sexual de vulneráveis e no abuso, não.

### 3.2 ABUSO SEXUAL CONTRA VULNERÁVEIS

O abuso sexual contra crianças e adolescentes é uma forma perversa de se relacionar com o próximo. O objetivo deste tópico é discorrer sobre informações detalhadas acerca do fenômeno. Faleiros, Faleiros fazem uma colocação coerente para esse tipo de agressão como um “uso perverso da sexualidade do outro”. (Faleiros; Faleiros, 2007, p.38) A utilização “perversa da sexualidade do outro” contra um adulto já é desumano, quanto mais se tratando de crianças e adolescentes.

É assustador imaginar uma pessoa adulta ser obrigada a se relacionar sexualmente no momento não planejado e com a pessoa não desejada. Tratando-se de crianças e adolescentes, o crime contra a dignidade sexual dos mesmos representa além de uma vivência precoce, arbitrária e perversa de atos sexuais, refere-se a uma violência e desrespeito contra a liberdade humana de relacionar-se sexualmente com a pessoa escolhida.

Esta violência ocorre em todos os níveis sociais e é praticada por diversos atores. É engano afirmar que só ocorre abuso infantojuvenil nas classes sociais menos

desfavorecidas. É uma violência que não possui cor, idade apropriada, condição econômica e não escolhe local adequado para se efetuar. Diz Batista em seu trabalho sobre Abuso Sexual Infantojuvenil:

O abuso sexual ocorre quando uma criança é envolvida em actividades sexuais que não pode compreender, para as quais não está preparada sob o ponto de desenvolvimento e não pode dar consentimento, e/ou que violam a lei ou os tabus sexuais da sociedade. A maioria dos abusos sexuais ocorre no próprio lugar onde os menores e o agressor vivem, ou seja normalmente o agressor é o pai, padrasto, irmão ou algum vizinho. São quase sempre pessoas que têm um fácil acesso ao menor, geralmente ocorrem durante um longo tempo, por vezes meses e há casos de até anos. E acontece a todas as classes sociais, e são muitas crianças abusadas. Todas estas experiências são rodeadas de vergonha, silêncio e até segredo por parte das vítimas, o que faz com que este tipo de situações se vá repetindo. (BATISTA, 2006, p.2)

Batista discorre nesta fala algumas verdades básicas sobre o assunto:

- As vítimas são envolvidas em atos sexuais que estão acima das suas capacidades de compreensão por não estarem preparadas fisicamente, psicologicamente e socialmente para tal relação;
- O abuso sexual pode ocorrer (intra-familiar) ou (extra-familiar). No primeiro caso, a ocorrência da violência é dentro de casa, pelos mais próximos: pelo pai, padrasto, tio, tia, prima etc. O que é mais sabido pela população é que o extra-familiar é mais comum de acontecer, visto que é mais fácil imaginar que os agressores não fazem parte do convívio familiar das vítimas e não possuem vínculos amorosos com as mesmas. Porém, a verdade constada pelas instituições de atendimento às vítimas é o contrário.
- Acontece com muita frequência a violência sexual intra-familiar. Portanto, o perigo está dentro de casa, no local de confiança das crianças e adolescentes e que, a priori, não seria alvo de desconfianças. É no ambiente que deveria promover amor, cuidados e alegrias que são praticados os crimes contra a dignidade sexual de crianças e adolescentes;

- Para esse tipo de violência não existe uma classe social privilegiada pela rede perversa para sofrer essa agressão. É incoerente afirmar que só a classe social menos desfavorecida sofre a violência sexual. Todas as classes são atingidas por esse mal, seja rica ou seja pobre. A ocultação dos casos identificados dentro dos grupos sociais de alto padrão econômico é explicado pela prática de proteger, através do silêncio da mídia, a família, a criança e o agressor.
- O autor finaliza comentando um pouco sobre a situação constrangedora que as vítimas passam, referindo-se ao pacto do silêncio imposto a elas pelos agressores. Imposto por ser um pacto forçado e amedrontador.

Os autores desse tipo de violência costumam ameaçar as crianças e adolescentes através de um jogo manipulador e cruel, elas são forçadas a se submeterem as terríveis ameaças - até de morte – que lhes são feitas.

De acordo com Ambramovay sobre a ameaça: “A primeira modalidade de violência contra a pessoa consiste em ameaças, ou seja, promessas explícitas de provocar danos ou de violar a integridade física ou moral, a liberdade e/ou bens de outrem.” (AMBRAMOVAY, 2002, p.50) Muito bem colocado pela autora, a ameaça é uma “promessa explícita” de violações de direito e costuma aprisionar muitos indivíduos adultos, quem dirá uma criança ou um adolescente. Mais detalhado, diz Moura:

O abusador faz ameaças à criança para convencê-la a não revelar o fato. Entre os argumentos usados estão os seguintes: se criança falar sobre o que aconteceu, pode decepcionar a mãe, provocar a separação da família e a morte ou o adoecimento de seus integrantes; ser culpada se o agressor for preso, e isso também prejudicar a família, já que ele é o único provedor; sofrer agressões físicas ou ser morta pelo abusador e, por fim, contando com a fragilidade causada pelo abuso, adverti-la de que ninguém vai acreditar na história contada por ela. A síndrome de adição é assim chamada pelo caráter de dependência psicológica do agressor em relação aos atos abusivos. O agressor sabe que a interação abusiva é errada, ilegal e prejudicial à criança, mas mesmo assim a mantém. (MOURA, 2008, p.28)

Muito bem colocado por Moura, as ameaças subjagam as vítimas a um estado de submissão por conta da pressão psicológica que a sobrevém. Percebe-se que aliado ao abuso sexual de menores, está um conjunto de violências, o que nos considerar que esse tipo de violação é um fenômeno complexo.

Cabe acrescentar a esses conceitos básicos que o abuso sexual pode ser feito diretamente, isto é, com contato físico e indiretamente – sem contato físico. Considera-se abuso sexual com contato físico as carícias (toques nos órgãos genitais, sexo oral, masturbação) e o próprio ato sexual efetivado. Já dentro do conceito de abuso sem contato físico, existem o *Abuso Sexual Verbal* caracterizado por palavras obscenas, conversas sobre assuntos sexuais e até mesmo imorais.

O *Voyeurismo* representa a observação fixa a órgãos sexuais de pessoas sem o consentimento das mesmas. Por último o *Exibicionismo*, que refere-se a ação de não apenas mostrar órgãos a crianças e adolescentes, mas também masturbar-se diante dos mesmos.

### 3.3 EXPLORAÇÃO SEXUAL INFANTOJUVENIL

O que diferencia o abuso sexual da exploração sexual é o caráter comercial que esta última sustenta. Para Faleiros e Campos (2000), a problemática da exploração sexual de crianças e adolescentes sofreu alterações conceituais no decorrer do tempo.

Eles contam que na década de 90 a exploração sexual de menores era denominado de “Prostituição Infanto-Juvenil” e ainda não sustentava uma dimensão complexa do fenômeno. (FALEIROS; CAMPOS, 2000, p.18) Hoje, falar em exploração sexual infanto-juvenil é necessário discorrer sobre conceitos não existentes nessa época, mas que hoje são básicos para a sua compreensão: pornografia, turismo sexual e tráfico de humanos.

A exploração sexual de menores, para Vaz (2007) é:

Quando os exploradores (agenciadores e intermediários) vendem o corpo de crianças e adolescentes, com ou sem consentimento, para auferir lucros no mercado do sexo, ou quando exploradores (clientes) pagam por esse corpo para auferir prazer sexual. (VAZ, 2007, p.12)

A autora Vaz traz em sua definição algumas verdades que sustentam a exploração sexual infanto-juvenil, quando destaca os protagonistas da rede perversa do sexo:

“agenciadores e intermediários”. Deve-se lembrar que a exploração sexual conta com uma rede que é, por sua vez, muito bem articulada.

Há um filme chamado *Anjos do Sol*, dirigido por *Rudi Lagemann*, que retrata tais realidades. É um filme brasileiro que detalha a realidade de vida de uma menina, Maria, (Fernanda Carvalho) que é vendida pelos seus próprios pais para trabalhar no comércio perverso do sexo de menores. O filme conta uma história de pobreza muito grande dos pais da personagem Maria, que moram no interior do nordeste brasileiro e vendem a filha com a esperança dela construir uma vida na “cidade grande” melhor e diferente da que eles viviam. Só não sabiam que a partir dessa venda Maria seria vítima de um mercado clandestino, mas real de comércio do sexo.

A história retrata uma rede vasta de participantes ativos e passivos, como cita Vaz acima. Há na trama agenciadores caminhoneiros, cafetões que leiloam e exploram as crianças e adolescentes, fazendeiros e deputados que compram, pilotos de avião que deslocam as vítimas e agente de saúde que decide assumir uma posição omissa diante da problemática.

O filme faz questão de mostrar como essas pessoas, pertencentes a rede de exploração sexual de crianças e de adolescentes são bem articulados. Mostra-se no filme também o extremo da violação: adolescentes morrendo por ter adquirido doença transmissível sexualmente bem como quando tentam fugir da situação. É um filme que se aproxima muito da realidade do fenômeno. Faleiros e Faleiros (2007) acrescenta sobre tal prática:

Além de exploração econômica, a exploração sexual de crianças e adolescentes no mercado do sexo é um abuso, uma violência, uma violação de direitos e um crime. A exploração sexual comercial, por seu caráter econômico, deve ser estudada e compreendida no contexto do sistema capitalista e da sociedade de consumo globalizados e em suas articulações com as atividades econômicas dos territórios onde ocorre. A exploração sexual comercial de crianças e adolescentes ocorre em um mercado específico, o mercado do sexo. Esse mercado abrange, de maneira profundamente articulada, o comércio do sexo e a indústria pornográfica. É sustentado, fundamentalmente, pelo lucro gerado na exploração do trabalho sexual de mão-de-obra adulta e infanto-juvenil. (FALEIROS; FALEIROS, 2007, p.41)

Então, pode-se considerar que dentro da rede comercial do sexo infanto-juvenil, protagonizam os agenciadores e os intermediários. Referindo-se aos agenciadores há tanto os que vendem e negociam as vítimas quanto os usuários exploradores do serviço perverso do sexo de menores. Já os intermediários são os que facilitam o processo e contribuem para a manutenção de tal exploração e os que optam por uma atitude omissa diante da situação.

Outra situação que as leituras sobre o tema de exploração sexual apontam, é a implicação de gênero na problemática. As meninas, como é retratado no filme Anjos do Sol, são as principais vítimas dessa violência. Além de meninas, elas também fazem parte de uma classe social de baixa renda. Assim como dizem Faleiros e Campos, esse tipo de violência é “essencialmente econômica” e estudá-la por essa ótica ajuda em muito, compreender a problemática. (FALEIROS; CAMPOS, 2000, p.20)

Não se deve descartar a possibilidade de ocorrer exploração sexual com meninos, inclusive, o CREAS – Centro de Referência Especializado de Assistência Social de Lauro de Freitas/ BA, atende situações desse tipo. Ocorre com menos frequência, mas acontece.

### **3.3.1 Pornografia**

A pornografia complementa o quadro da exploração sexual a partir do momento que, através dela, agenciadores beneficiam-se financeiramente dela. Afirmam Faleiros e Faleiros sobre a pornografia:

Trata-se da produção, exibição (divulgação), distribuição, venda, compra, posse e utilização de material pornográfico. A pornografia encontra-se presente não só em matéria normalmente considerado pornográfico (fotos, vídeos, revistas, espetáculos), mas também na literatura, fotografia, publicidade, cinema, quando apresentam ou descrevem com claro caráter pedófilo situações envolvendo crianças desejadas, expostas e usadas sexualmente por adultos. (FALEIROS; FALEIROS, 2007, p.43)

Percebe-se que não precisa ter, necessariamente, contato físico para a pornografia ocorrer, basta divulgar, para fim comercial, materiais pornográficos de qualquer “descrição visual (filmes, retratos, vídeo, pintura, etc.) que envolva criança ou adolescente em poses eróticas ou em situação de ato sexual explícito”. (VAZ, 2007, p.12) Não precisa ter concretizado o ato sexual para ser configurado violência sexual contra crianças e adolescentes: constrangimentos como esse, divulgados com intenções lucrativas, são criminosos.

Para o Guia Escolar (2004), é considerado crime pornográfico infantojuvenil tanto os que filmam, fotografam e divulgam quanto os que expõem para as vítimas imagens de caráter erótico (fotos, vídeo, cenas pornográficas). Portanto, vale salientar que os que mais se beneficiam nesse mercado sexual perverso contra crianças e adolescentes, são os agenciadores, tanto os que promovem quanto os usuários do serviço. Eles ignoram que os sujeitos vitimados dessa violência não são aptos a viverem tais experiências.

### **3.3.2 Turismo Sexual de Menores**

O turismo sexual infantojuvenil é uma prática violenta específica. Basta pensarmos no turismo cultural e com objetivos prazerosos de pura diversão, como conhecer uma outra cidade, Estado ou país. Nessa perspectiva, considera-se que as pessoas se preparam para visitar um determinado local diferente do seu de origem, com culturas, espaço físico, religiões, práticas de vida distintas, como também, os espaços geográficos são preparados, muitas vezes pelo homem, para receber turistas de todo o mundo. Logicamente, diante dessa realidade, elementos materiais e imateriais atraem os indivíduos a conhecerem diversificados locais do mundo. No turismo sexual infanto-juvenil, a atração é a criança e o adolescente. Para Faleiros e Faleiros:

O turismo sexual pode ser autônomo ou vendido em excursões e pacotes turísticos, que prometem e vendem prazer sexual “organizado”. É o comércio sexual, em cidades turísticas, envolvendo turistas nacionais e estrangeiros e, principalmente,



mulheres jovens, de setores pobres e excluídos, de países do Terceiro Mundo. (FALEIROS; FALEIROS, 2007, p.45)

O Brasil é um país e mais especificamente o litoral baiano é um alvo de muitos adeptos a essa prática violenta contra as crianças e os adolescentes, pois nosso litoral favorece as ações do turismo sexual. Na organização desta prática continuam os agenciadores agindo organizadamente em prol do comércio sexual de menores e questões socioeconômicas das vítimas continuam sendo implicadas na prática dessa violência.

### **3.3.3 Tráfico de Humanos**

O tráfico de humanos foi exatamente o que o filme Anjos do Sol mostrou quando meninas foram transportadas para um determinado local, e após a segunda venda delas, foram transferidas até o prostíbulo da cidade de Socorro e recebidas pelos agenciadores. Lá e durante o percurso das negociações as vítimas foram continuamente ameaçadas a sofrerem todo tipo de violência e principalmente a morte, caso optasse tomar qualquer tipo de atitude resistente à exploração sexual.

Para o Guia Escolar (2004) o tráfico de humanos configura-se um tipo cruel de violência contra crianças e adolescentes, pois estes são arrancados dos seus lares de origem sob estado de pressão psicológica e violência física. São tiradas dos seus locais de habitação para serem submetidos a condições de vida subumanas, longe de suas casas e longe dos seus familiares. É tudo muito bem articulado e planejado pela rede perversa do sexo. Por isso que Ozella (2003) afirma sobre a exploração sexual:

A dimensão da infância como tempo de brincar e estudar, de aprender a participar da sociedade e de se preparar profissionalmente, transformou-se, em nossa sociedade, em direito adquirido. Desde 1990, com a promulgação do Estatuto da Criança e do Adolescente – ancorado na Doutrina da Proteção Integral - isso significa exatamente a expressão legal do ser criança do Brasil. É neste cenário ambivalente, entre o conceito normatizado e o desrespeito institucionalizado, que insere-se o fenômeno da exploração sexual de crianças e adolescentes. (OZELLA, 2003. p.111)

E mesmo com todos os direitos adquiridos no decorrer do tempo, violências brutais continuam acontecendo contra esses sujeitos. Como diz Ozella acima, desde 1990 a criança e o adolescente passaram a ser reconhecidos como tais, apesar de continuarem sendo, de forma implícita ou não, alvos de variados crimes terríveis.

### **3.3.4 Causas e Conseqüências da Violência Sexual Contra Crianças e Adolescentes**

As causas da violência sexual infanto-juvenil são inúmeras. Escolher-se-á, para este tópico, apenas as consideradas mais relevantes. As causas são muitas e no decorrer da leitura, bem como no processo de compreensão das mesmas, a indignação só se intensifica. Não processa na mente de pessoas sensíveis, humanas e solidárias o sentido absurdo provocado pelo efeito das causas que suscitam essas agressões a crianças e adolescentes. Será enfatizado, de acordo com o Guia Escolar (2004) os principais fatores causadores da violência sexual de menores. A seguir: fatores culturais (Incesto e Pedofilia).

Dentro do âmbito cultural, insere-se o Incesto e a Pedofilia. O Incesto, de acordo com o Guia Escolar (2004), ocorre quando indivíduos, pertencentes a família sanguínea de primeiro grau de parentesco, mantém relações sexuais e amorosas.

Por sua vez, não é uma prática contemporânea, visto que há conhecimento da existência dessa prática na história das civilizações, como pertencente – legalmente - a determinadas culturas. Porém, a cultura do Incesto não é permitida, por lei, no Brasil. É considerado violência sexual a ocorrência de relações amorosas e sexuais com crianças e adolescentes mantidas entre parentes de primeiro grau. Portanto, o abuso sexual intrafamiliar estabelecido entre pais e filhos, irmãos e irmãs, tios e sobrinhos, entre outros, configura-se crime contra a dignidade sexual das vítimas.

Já sobre a Pedofilia, esta vem sendo, com muita freqüência, alvo fácil da mídia e objeto de estudo de muitos pesquisadores que se interessam pelo tema, devido a ocorrência freqüente de abusos sexuais infantojuvenil. A prática da pedofilia tem sido a causa de muitos sofrimentos e dores às vidas de muitas crianças,

adolescentes e suas famílias. Não só dores e destruição, mas a pedofilia também suscita revolta e indignação nas pessoas que não entendem o que sustenta tal prática, pelo público que é afetado e pela forma que a violência é conduzida.

O Guia Escolar (2004) aponta três conceitos de pedofilia: o da Medicina, o da Psicologia e o da Sociologia. O conceito da Medicina sobre tal violência, explica relações sexuais entre adultos e crianças pelo viés da Parafilia. Parafilia, por sua vez, refere-se a situação de um indivíduo satisfazer-se sexualmente com um determinado objeto específico. É, portanto, uma disfunção sexual “voltada para um único objeto, do qual não consegue desvincilhar-se”. (Ibid, 2004, p.41)

Para o conceito da Psicologia, a pedofilia é uma psicopatologia. Beatriz (2008) faz uma estreita ligação entre a pedofilia e a psicopatia, pois para a autora, o psicopata, que pode cometer práticas de pedofilia, possui a dificuldade de se colocar no lugar do outro e por isso é incapaz de sentir a dor do mesmo. Do contrário, eles possuem a capacidade de não se arrependem e praticam situações violentas sem sentir remorso algum. Por último, a Sociologia tenta definir a pedofilia como “uma atração erótica por crianças” (Ibid, 2004, p.41) No entanto, essa sedução erótica por crianças pode ou não ultrapassar o plano do desejo imaginário do autor.

Para finalizar esse tópico, uma verdade que a sociedade precisa ter conhecimento é que não se identifica um pedófilo facilmente. Não é pelo indivíduo ser considerado um péssimo (a) filho ou marido, que será necessariamente um autor de práticas pedófilas. Muito pelo contrário: o pedófilo é um sujeito normal, bom filho (a), excelente marido ou esposa, querido pela suas comunidades, possui amigos, é um solidário colega de trabalho, enfim, pessoa acima de qualquer suspeita. Atua, portanto, conquistando, seduzindo e até mesmo sendo um dedicado amigo das crianças e dos adolescentes, para então, aprisioná-los no cárcere da violência.

No que se refere às conseqüências da agressão referida, os reflexos da violência sexual nas crianças e nos adolescentes são manifestados nas mais variadas formas. A necessidade dos sinais dessa violência ser reconhecidos por todos os indivíduos que lidam dia-a-dia com esses sujeitos é extrema.

Referindo-se a escola, toda a comunidade escolar precisa conhecer como identificar casos de violência sexual de crianças e adolescentes, tendo conhecimento, por

exemplo, que os mesmos manifestam os sinais de várias maneiras e nem sempre é pela esfera física. Como diz Machado é “necessário salientar que cada indivíduo reage de forma diferenciada, mas as marcas do abuso podem desdobrar-se de várias maneiras.” (MACHADO, 2008, p.42)

A importância de conhecer as conseqüências desse tipo de violência nas vítimas é explicada pela falta de coragem e iniciativa das mesmas de revelar o que vem sofrendo. Ora, como fazer revelações sob ameaças de morte contra si e/ou contra um ente querido (mãe, irmão, pai), na iminência de um parente ser preso caso seja feita a denúncia, ou até mesmo pela possibilidade da vítima passar fome por não ter mais a figura provedora para supri-la em todas as suas necessidades? As ameaças são inúmeras e elas se sustentam na vulnerabilidade, inocência e dependência das crianças e dos adolescentes aos cuidados dos adultos. Dizem Faleiros e Faleiros:

A dominação sexual perversa é uma construção deliberada, paciente e ritualizada de um relacionamento perverso, que se mantém através da dominação psicológica de longa duração. Começa por um processo de sedução, que consiste na conquista sutil, que anula a capacidade de decisão da vítima, e acaba em sua dominação e aprisionamento. (FALEIROS; FALEIROS, 2007, p.40)

Como dizem os autores, os instrumentos ameaçadores fazem parte do planejamento da “dominação sexual perversa” que subjuga as vítimas a um estado de dominação física, psicológica e sexual. Pode-se dizer que as conseqüências da violência sexual de menores possuem a capacidade de atingirem aspectos sociais, físicos, psicológicos e escolares.

Dentro do aspecto social, as relações sociais dos sujeitos vitimados são afetadas, visto que há possibilidades deles se tornarem abusadores quando adultos ou mesmo reproduzirem atos libidinosos com indivíduos menores ou da mesma idade que a sua. Segundo, pelo risco que essa criança ou adolescente corre de ser estigmatizado pela comunidade próxima que possui conhecimento do fato (vizinhos, parentes etc), sendo vítimas de atitudes preconceituosas e discriminatórias.

Há a possibilidade desses sujeitos serem vítimas pela segunda vez e agora por pessoas que se aproveitam da situação para realizar novos abusos, uma vez que soube da violência sexual sofrida pela criança. Sem falar na desconfiança que a criança ou adolescente passa a ter do adulto, não sendo, portanto, para menos, pois

se eles normalmente são molestados por adultos (quanto mais quando esse adulto é seu parente de primeiro grau), como se relacionarão equilibradamente com pessoas que transgrediram sua confiança? Portanto, não é difícil entender que as relações sociais das vítimas adoecem por conta do impacto da violência sofrida.

Já o aspecto físico é mais fácil de ser identificado, apesar de não ser o mais comum - como muitas pessoas pensam. A violência sexual deixa marcas subjetivas nas vítimas e algumas delas mais intensas do que as seqüelas notórias. Dentro do rol das conseqüências físicas, destacam-se as Doenças Sexualmente Transmissíveis, das piores as amenas; ferimentos nos órgãos genitais (inchaços, infecções e inflamações), gravidez precoce, marcas na pele com arranhões, socos, tapas e até mesmo o extremo da violência que é a morte.

No aspecto psicológico, as vítimas passam por situações emocionais delicadas. Como diz Machado:

É fácil entender que vítimas de abuso intrafamiliar, forma mais comum de abuso, terão traumas psicológicos por toda a vida, pois teve seu corpo e sua ingenuidade violada por aquele que deveria dar proteção. Além disso, pela quebra de cumplicidade da mãe e dos irmãos, que também não a protegeram. (MACHADO, 2008, p.43)

Os traumas psicológicos são inúmeros e precisam ser conhecidos. Destacam-se:

- Desvalorização pessoal com fraca auto-estima
- Sentimentos depressivos e desejos suicidas
- Problemas psicossomáticos
- Ansiedade e nervosismo
- Atitudes pessimistas, agressivas e até desumanas com o próximo
- Medos, fobias, insônias e pesadelos constantes

As conseqüências relacionadas ao âmbito escolar afetam o bom desenvolvimento da vítima na escola. Há situações das vítimas preferirem o ambiente escolar a ponto de chegarem cedo demais no estabelecimento escolar e ser o último a querer sair do mesmo. Esse fenômeno é explicado pelo sentido violento e desagradável que o lar dessa criança pode representar para ela, já que é nessa casa que seus direitos são violados das piores formas possíveis. Desta forma, as vítimas demonstram

desinteresse em voltar para as suas casas e a comunidade escolar precisa se atentar para esses detalhes que muitas vezes passam despercebidos.

Partindo desse exemplo para o outro lado extremo da situação, os alunos que sofrem abuso sexual podem faltar frequentemente as aulas e não apresentar justificativas cabíveis para o fato. Podem também e é o mais comum, as vítimas apresentarem concentração abaixo do normal nas aulas e diversas dificuldades na aprendizagem, o que influencia no resultado do desempenho escolar dos mesmos.

Como exposto acima, percebe-se o quanto que as conseqüências da violência sexual infantojuvenil podem afetar e influenciar a vida das vítimas, no que se refere aos âmbitos social, físico e psicológico. Escolheu-se, para esta Monografia, apenas os principais efeitos maléficos causados por essas agressões, pois ainda existem muitos outros fatores e todas as pessoas que lidam com o público envolvido nessas relações violentas, precisam conhecer para, então, saber identificar e intervir na situação.

#### **4. AS INSTITUIÇÕES DE ATENDIMENTO ÀS VÍTIMAS DE VIOLÊNCIA SEXUAL EM LAURO DE FREITAS - BA**

Ao considerar as crianças e adolescentes como sujeitos vulneráveis e passíveis a vivenciarem situações de risco e especificamente todo o tipo de violência, as instituições de atendimento, a essa demanda, lutam para garantir o direito mais fundamental de todos os direitos humanos: a vida.

É baseado nesse precioso direito que tanto o CREAS – Centro de Referência Especializado de Assistência Social - quanto o Conselho Tutelar do município de Lauro de Freitas, enfrentam as situações de violação dos direitos básicos citados no art. 4º do ECA – Estatuto da Criança e do Adolescente - “à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao esporte, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade, à convivência familiar e comunitária.” (ECA 2005) Esse é o primeiro objetivo dessas instituições, visto que ainda neste mesmo artigo, deve ser garantido com “absoluta prioridade”.

É certo que o Estatuto da Criança e do Adolescente legaliza e obriga a promoção e a proteção de direitos básicos do ser humano. O ECA comemorou 20 anos de idade nesse ano de 2010, ou seja, é um documento recente e ainda assim esses direitos são desrespeitados por pessoas que não conseguem se reconhecer no outro.

A infância e a juventude do Brasil e do mundo enfrentam problemas que não são recentes. Quantos jovens precisaram ser violentados, mortos, roubados de sua infância, ingenuidade e fragilidade para que essas leis do Estatuto fossem criadas e postas em prática? Milhares e milhares, a história relata e ainda hoje vê-se cada caso de agressão das mais variadas formas, causadas por diversos motivos e feitas por pessoas de todas as classes sociais, idades, condições econômicas e cor de pele. O desconhecimento da lei e/ou o desprezo por parte de algumas pessoas justificam as muitas dificuldades enfrentadas pelas instituições que objetivam proteger os princípios básicos do ECA.

A criança e o adolescente são, para o ECA, reconhecidos como assuntos prioritários. Assim, todos os responsáveis citados no art. 4º do ECA “família, sociedade, comunidade e Estado” tem o dever de assegurar-lhes direitos que lhes

dêem condições à vida. Sabe-se que há muito tempo atrás eles não eram considerados como sujeitos de direitos. Só que agora, com a promulgação do Estatuto, essa demanda poderá exigir tais direitos nos parâmetros da lei.

As políticas sociais básicas, de proteção especial devem promover ações gratuitas a fim de garantir qualidade de vida à demanda que necessite desses serviços. Essas ações são direcionadas às crianças e adolescentes que estejam em situação de risco e/ou casos de violação de direitos como: maus tratos, situação de rua, negligência, violência sexual, uso de drogas, exploração sexual e outras situações. Há no art. 87 do ECA (2005):

São linhas de ação da política de atendimento:

I - políticas sociais básicas;

II - políticas e programas de assistência social, em caráter supletivo, para aqueles que deles necessitem;

III - serviços especiais de prevenção e atendimento médico e psicossocial às vítimas de negligência, maus-tratos, exploração, abuso, crueldade e opressão;

IV - serviço de identificação e localização de pais, responsável, crianças e adolescentes desaparecidos;

V - proteção jurídico-social por entidades de defesa dos direitos da criança e do adolescente.

Mas, para a política de atendimento funcionar, toda a rede de proteção instituída para promover e defender os direitos básicos da demanda infantojuvenil, é preciso que se unam a fim de pôr em prática tais ações.

## 4.1 CONSELHO TUTELAR

O Conselho Tutelar é um órgão público que tem como principal missão defender o cumprimento dos direitos e deveres das crianças e adolescentes. É um órgão autônomo e por isso, não precisa de autorização de prefeito ou juiz para que suas funções sejam postas em prática.

O Conselho foi criado em lei Municipal e é formado por cinco conselheiros tutelares, votados pela sociedade para exercer funções que serão citadas a seguir.



A votação é direta e secreta. Indivíduos maiores de dezesseis anos poderão colaborar com seus respectivos votos cidadãos. Os requisitos para a investidura no cargo de Conselheiro Tutelar correspondem a maioria cívica, ser alfabetizado, ser moralmente idôneo, possuir residência fixa no município e ser fruto da escolha dos cidadãos moradores do local. Fica proibido ao cargo toda e qualquer relação de parentesco: marido e mulher, tio e sobrinho, mãe e filho e outros.

A presença de um Conselho Tutelar numa cidade é de extrema importância para a vida dos que precisam do serviço. É um órgão público que em muito tem ajudado as vítimas de situações de violação de direitos e de risco social. Segue abaixo a fala de uma das conselheiras tutelar do município de Lauro de Freitas.

Garantir direito para uma parcela da sociedade que a muito pouco tempo não eram vistos como cidadãos, não é uma tarefa fácil. A importância do Conselho Tutelar para as crianças e adolescentes surge quando rompe com as dificuldades e garante, com absoluta prioridade, os direitos violados, que anteriormente nem existiam<sup>3</sup>.

Apesar do ECA esclarecer em lei que o primeiro responsável por zelar pela promoção dos direitos fundamentais das crianças e dos adolescentes são os pais, estes são os primeiros descumprirem a ordenança.

Casos de negligência familiar é muito comum. A negligência familiar ocorre quando os familiares de uma criança ignoram o cumprimento do seu papel de protetora e omitem suas responsabilidades afetivas e legais para com ela. O Conselho Tutelar luta diariamente contra situações desse tipo. Geralmente as crianças sofrem violação de direito pelas pessoas que, a priori, deveriam ser confiáveis, amorosas e cuidadosas para com elas. Nesse caso o mal não está nas ruas, visto que, a violência, dentro de determinado lar, é tão vivida e naturalizada.

A violência pode não ser material, e em muitos casos ela é imaterial quando a família não se comporta com atitudes de cuidado, amor e carinho. Há situações que sugerem, por parte de determinados responsáveis por crianças e adolescentes, a comparação desses sujeitos a um equipamento eletrônico: apresentou problemas e/ou quebrou; joga-se fora! Diante disso, olha o depoimento da segunda conselheira tutelar de Lauro de Freitas/ BA:

---

<sup>3</sup> Conselheira Tutelar A do Município de Lauro de Freitas, graduada em Publicidade.

Nossas crianças e adolescentes sofrem por diversos motivos, motivos esses que só ficamos sabendo quando eles se manifestam de várias maneiras, como: rebeldia, vícios, baixo rendimento na escola ou até mesmo evasão escolar. Ao chegarem aqui no Conselho Tutelar, adquirimos a confiança deles, e logo se sentem seguros para falar dos problemas, sofrimentos e fazem até revelações surpreendentes. Ao conversarmos descobrimos que por trás das rebeldias, vícios e baixo rendimento escolar, eles só querem um pouco de atenção e se sentirem amados pelos seus pais; se sentem abandonados, pois seus pais acham que colocar comida dentro de casa é o bastante. Sentimos na pele o sofrimento quando uma criança ou adolescente é espancado ou abusado sexualmente, pois somos nós quem acompanhamos todo o processo de Instauração de Inquérito (Registro de Queixa na Delegacia, Exames Policiais) e muitas vezes a retirada deles do convívio familiar como Medida de Proteção, sendo eles, mais uma vez, vitimados pela violência<sup>4</sup>.

Estas falas expressam claramente a importância desse órgão para a vida de uma criança e de um adolescente, já que elas convivem diariamente com situações tão desumanas no seu ambiente de trabalho.

Veja abaixo três exemplos de situações que o Conselho Tutelar pode atuar:

- Criança abandonada no lixo ou na porta de alguma residência;
- Casos de violência sexual contra crianças e adolescentes;
- A criança que se encontra em situação de trabalho infantil e não está matriculada na escola.

São muitas situações e por isso não dá para imaginar uma cidade sem esse órgão, tendo em vista o agravamento dos diversificados casos de violência contra crianças e adolescentes, que, para alguns, já se naturalizou na sociedade contemporânea.

---

<sup>4</sup> Conselheira Tutelar do Município de Lauro de Freitas – Segundo Grau completo com ênfase em Contabilidade.

## 4.2 CREAS – CENTRO DE REFERÊNCIA ESPECIALIZADO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

O CREAS, atuante no município de Lauro de Freitas/BA, é um órgão público misto, mantido por verbas Federais, Estaduais e administrado pela Prefeitura local. Iniciou-se o serviço no dia 17 de abril, no ano de 2006, presta atendimento social já há quatro anos no referido município. E por quatro anos de serviço, pode-se considerar que é uma assistência recente no município e portanto, passível de transformações metodológicas a partir de reflexões realizadas pela equipe técnica sobre suas práticas, objetivando, a priori, a melhoria das ações realizadas a fim de promover atendimentos com qualidade para todos os que necessitam desse serviço especializado.

O principal objetivo do CREAS é atender pessoas que vivenciam situações de violação de direito, sujeitos que se encontram em situações de risco social e a população que lida com crianças e adolescente no seu dia-a-dia, com o propósito de informá-los e ajudá-los a lidarem com a problemática da violência sexual contra crianças e adolescentes. Sabe-se que esse tipo de violência tem sido praticada com muita freqüência na sociedade contemporânea e com ela surgem novas providências a serem adotadas, expressada na necessidade de conhecer o assunto para que medidas preventivas sejam adotadas por todos aqueles que convivem com esses sujeitos.

Segue abaixo o depoimento da Coordenadora do CREAS de Lauro de Freitas acerca da importância desta instituição para a vida dos munícipes:

O Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS) configura-se com uma unidade pública e estatal que oferta serviços especializados e continuados a famílias e indivíduos que tenham seus direitos violados. A oferta de atenção especializada e continuada tem como foco a família e a situação vivenciada, visando o acesso da família a direitos socioassistenciais, por meio da potencialização de recursos e capacidade de proteção. No CREAS o usuário encontra um espaço de acolhimento e escuta qualificada, fortalecendo vínculos familiares e comunitários, priorizando a reconstrução de suas relações familiares. Dentro do seu contexto social, deve focar no fortalecimento dos vínculos para a superação da situação apresentada.

O CREAS desenvolve suas atividades de modo articulado com a rede de serviços da assistência social, órgãos de defesa de direitos e das demais políticas públicas. A articulação do município é fundamental para fortalecer as possibilidades de inclusão da família em uma organização de proteção que possa contribuir para a reconstrução da situação vivida. No CREAS de Lauro de Freitas contamos com uma equipe multidisciplinar: Advogada, Pedagoga, Assistentes Sociais, Psicólogos, Educadores Sociais e Auxiliares Administrativos, onde ocorrem os atendimentos desde abril de 2006.

Advogada e Coordenadora, Pós Graduada em D. Civil e Processo Civil.

Além da Coordenadora citada acima, a equipe técnica do CREAS de Lauro de Freitas é composta por Advogados, Pedagogos, Psicólogos, Educadoras Sociais, Assistentes Sociais, Auxiliares Administrativo e Ajudantes de Limpeza. O CREAS não só atende crianças e adolescentes vítimas de violência e exploração sexual, mas cuida de situações de violação de direito contra o idoso e casos de pessoas em situação de rua.

As ações do CREAS são divididas em três vertentes: a de Prevenção, Atendimentos às vítimas e famílias e a Defesa e Responsabilização.

**Âmbito preventivo:** são realizadas **palestras** e **capacitações** às Escolas, Creches, Postos de Saúde, Policiais, Pais, Associações Comunitárias entre outros grupos sociais que lidam com crianças e adolescentes.

Esse trabalho é realizado com o fim de informar, orientar e conscientizar as pessoas sobre a importância de conhecer as facetas da violência sexual, como se prevenir e para onde recorrer em casos de confirmação da referida violência. Todos contribuem na realização deste trabalho, mas as Educadoras Sociais são peças fundamentais para o funcionamento desse eixo de trabalho.

Luta-se, com essas **palestras** e **capacitações**, para romper com a “lei do silêncio” imposta pelos agressores (as), a fim de atormentar as vítimas num ciclo vicioso de violência. É uma missão que objetiva provocar o fim da cumplicidade direta ou indireta de muitas pessoas que jogam no time da impunidade social.

As palestras são direcionadas para cada público específico. Já as **capacitações**, são constituídas por três momentos: primeiro encontro, oferece-se informações sobre o

Serviço e define alguns conceitos básicos, porém necessários para a compreensão da problemática da violência sexual (causas, conseqüências, como e para quem denunciar entre outros). No segundo momento passasse um **filme** sobre o assunto (Anjos do Sol ou Flor de Pessegueiro) seguido de **debate** e no terceiro encontro, fala-se como a **Rede de Proteção** se articula para garantir os direitos básicos do ser humano. Ressalta-se a importância de cada órgão participante dessa Rede para a promoção, proteção desses direitos e busca-se parceiros multiplicadores nesse enfrentamento.

**Atendimento:** neste eixo de trabalho ressaltar-se-á as ações de quase todos os componentes da equipe do CREAS.

O primeiro atendimento a se falar é o do **Serviço Social**, que além de assistir a vítima, atende – também - as famílias. As assistentes sociais estabelecem o primeiro contato com as vítimas e suas famílias, a fim de acolhê-las, entender a individualidade da situação e realizar as medidas cabíveis. O mesmo setor realiza acompanhamento semanal, com reuniões uma vez por mês, que tem a intenção de apoiar e encorajar as famílias vitimadas; e visitas domiciliares para as famílias que, por algum motivo, abandonam no meio do processo de atendimento, o serviço.

O segundo atendimento a ser feito é o **Psicológico**. As vítimas de violência recebem atendimento psicológico que tem por objetivo trabalhar a auto estima das mesmas, ajudando-as a perceber que, apesar da agressão causar um sofrimento tão profundo e doloroso, elas podem e devem redesenhar seus caminhos. A Psicologia não assume o papel de ajudar o indivíduo a esquecer o seu sofrimento, antes, contribui no processo de reabilitação psicossocial dos mesmos, quando ajuda-o a conviver de forma saudável com a violência sofrida. Esse acompanhamento ocorre uma vez por semana e pode ser individual ou em grupo.

O **Acompanhamento Pedagógico** é feito desde o acolhimento recreativo, atividades sócioeducativas (oficinas pedagógicas) no e fora do Centro, realizado pelas Educadoras Sociais, ao atendimento às vítimas que apresentam déficit de aprendizagem por conseqüência, na maioria das vezes, da violência sofrida.

Há um grupo de adolescentes planejado pelo setor pedagógico, configurado para atender as demandas específicas desta fase da vida e porque acredita-se que a

educação é um poderoso instrumento de transformação social. Mostra-se, pelo grupo, que é possível trilhar caminhos saudáveis, construídos em perspectivas referenciadas em valores positivos. E já citado no âmbito preventivo, ocorrem as palestras, que fazem parte das ações pedagógicas realizadas pelo CREAS.

**Defesa e Responsabilização:** Por último, o eixo de Defesa e Responsabilização atende questões jurídicas de um caso de violência sexual, referindo-se aos inquéritos policiais e processos, acompanhamento às audiências e dois dias de visitas na semana, nas Delegacias de Polícia do Município. Além dessas atividades, ocorrem atendimentos internos às famílias que precisam conhecer os procedimentos judiciais referente a situação. Para que essas atividades funcionem, contamos com as contribuições dos profissionais da área do Direito. O principal objetivo desse trabalho é responsabilizar os agressores de violência sexual, para que estes não voltem a cometer novos crimes sexuais, para que novos casos sejam evitados a fim de interromper o ciclo desse tipo de violência.

Para concluir esse capítulo, todo esse trabalho especializado, com uma equipe profissional multidisciplinar, é realizado porque acredita e valoriza a vida e os direitos humanos acima de qualquer outro valor. Espera-se, com este trabalho, que os indivíduos que necessitam do serviço construam novos caminhos e que estes sejam de paz, superações e valores humanos positivos. Caminhos superados sugerem, segundo Navio, uma “idéia geral de superação de adversidades”, isto é, ser resiliente. (NAVIO, 2008, p.30)

A resiliência é um conceito da Psicologia, emprestado pela Física, que, a priori, refere-se a capacidade de uma material retornar à sua forma original após sofrer alterações. (Ibid, 2008) Aproveitado e ressignificado pela Psicologia, resiliência quer dizer que vencer dificuldades exige muita força de vontade e dizer sim a vida. É encontrar soluções em meio a dor, é protagonizar a história da sua própria vida. É ser capaz de se regenerar em meio ao caos; é olhar sua cidade ser destruída por uma Tsunami e pensar em construir tudo de novo e melhor do que ela foi um dia. Claro que não é um mecanismo simples de ser vivido, pois existem muitas outras questões implicadas (intrínsecas e extrínsecas) ao processo humano de resiliência. É baseado nesse conceito que o trabalho social do CREAS se configura e se referencia.

## 5. AS CONTRIBUIÇÕES DA ESCOLA NO ENFRENTAMENTO DA VIOLÊNCIA SEXUAL CONTRA CRIANÇAS E ADOLESCENTES

Neste capítulo tratar-se-á de questões relacionadas às contribuições da escola no enfrentamento da violência sexual contra crianças e adolescentes. Serão utilizadas referenciais teóricos sobre o tema juntamente com o resultado da pesquisa acerca das possíveis ações da escola em prol do enfrentamento.

1. O Guia Escolar (2004) sugere **três tipos de ações** que a escola pode trabalhar. O primeiro refere-se a uma **Prevenção Primária**, que valoriza a importância da informação para toda a comunidade escolar, afim de prepará-la para lidar com o fenômeno da violência sexual. Parte do princípio de que para a escola tratar esse assunto precisa ser capacitada para tal atividade e por tanto, a informação é o principal instrumento de trabalho.
2. O segundo eixo de trabalho é a **Prevenção Secundária**. Essa ação objetiva suscitar atitudes coerentes contra situações de violência sexual e impedir que novos casos se repitam. Cabe, neste eixo de ação, agir preventivamente para que situações de violência não corram e/ou não se repitam.
3. A terceira atitude sugerida pela Guia Escola (2004), refere-se a ações da escola para casos identificados e que foram consumados. Para que ocorra este trabalho é preciso que a escola conheça toda a rede de proteção integral às crianças e adolescentes, a fim de ter condições de acionar os órgãos competentes. Não apenas fornecer assistência para a vítima, mas também contribuir para a responsabilização do agressor, quando enfatiza, através da educação, a importância da quebra do pacto sigiloso imposto pelas ameaças do agressor (a).

Amramovay acredita que a escola pode ser um “local privilegiado” para o enfrentamento da violência. A autora sustenta essa afirmação quando diz que a escola possui um “potencial estratégico para tecer relações com a comunidade, especialmente a família, tendo os pais como parceiros para tal fim.” (Amramovay, 2002, p.74) E, considerando esse “potencial estratégico” da escola, deve-se levar em conta que a mesma é um local que contribui para formação de valores e

transmissão de informações. É, portanto, um ambiente propício para ações preventivas contra tipos de violências, sobretudo a sexual.

## 5.1 RESULTADO DA PESQUISA

Neste relatório consta o resultado da pesquisa sobre “As contribuições da escola no enfrentamento da violência sexual contra crianças e adolescentes, realizada em três escolas: Municipal X, Estadual W e Particular de Educação Infantil e Fundamental Y. Foram entrevistados profissionais que lidam com o público infantojuvenil, dentro da Instituição formal de ensino que é a Escola. Dentre os entrevistados, serão encontrados resultados provenientes de falas de docentes e gestores, em um total de cinco (4) professores e três (3) gestores.

Deve-se considerar que, para ao resultado dessa pesquisa, as contribuições dos docentes foram muito mais facilitadas do que pelos gestores, devido a falta de disponibilidade dos mesmos nas escolas. Não serão citados, por motivo de segurança e ética, nomes de escolas, muito menos os nomes dos entrevistados, pois não influenciará no conteúdo da pesquisa.

### 5.1.1 Escola Municipal X

Na determinada Escola Municipal X, foram entrevistados dois professores e um Vice Diretor. A primeira professora, da idade entre 41 – 51 anos, é formada em Pedagogia e Pós Graduada em Psicopedagogia. A mesma possui 26 anos de profissão na área docente, considera-se Cristã/ Evangélica e leciona nesta Escola X turmas do 4º ao 9º anos do Ensino Fundamental.



### 5.1.1.1 Docentes

A referida professora afirmou não ter se deparado com situações de violência sexual na sala de aula que leciona, mas disse que saberia identificar a violência sexual pela mudança de comportamento que a agressão provoca nas vítimas, porém enfatizou que cada situação apresenta indícios diversificados. Caso uma criança ou adolescente relatasse ou revelasse estar sendo abusado sexualmente, disse a professora que procuraria averiguar a veracidade dos fatos, conversaria com a família e se fosse necessário denunciaria para o Conselho Tutelar.

Para ela, um dos instrumentos que o professor poderá utilizar para enfrentar esse tipo de violência é a possibilidade de construir Projetos Interdisciplinares referentes à realidade do problema. Por último, o maior desafio enfrentado pela escola ao precisar agir diante de casos de violência sexual é a conversa com a família. Explica a professora que essa afirmação é baseada no fato de a maioria dos casos ocorrer no meio das relações familiares.

A segunda professora entrevistada dessa Escola X tem a idade entre 41 a 50 anos, considera-se Católica, é Graduada em Geografia e Pós Graduada em Gestão Ambiental. Leciona nesta escola turmas de 7º e 8º anos do Ensino Fundamental e afirmou já ter se deparado com situações de violência sexual na sala de aula que lecionou.

Ao resumir o acontecimento da violência, contou que uma menina colocou a mão dentro da calça do colega e identificou o que ela considerou ser violência sexual porque o menino sentiu-se constrangido diante da situação. Disse que apenas conversou com os dois alunos em particular, pois diante da revelação ou percepção não faria nada, apesar de sentir muito, mas infelizmente não denunciava, pois como mesmo disse “é complicado”.

Afirmou saber identificar a violência sexual pelo comportamento introspectivo, triste e depressivo da vítima e acredita que trabalhar os direitos e deveres dos alunos é um instrumento de enfrentamento à referida violência. Sobre os desafios enfrentados pela escola frente a violência sexual, disse que sente impotência diante

de situações do tipo, pois para ela é muito difícil denunciar, muito pior é conversar com a família e com a própria vítima.

#### 5.1.1.2 Gestor

O gestor entrevistado desta escola foi o Vice Diretor. Sua idade encontra-se entre 36 a 40 anos, é formado em Letras, Pós Graduado em Gramática e Texto e considera-se Católico. O Vice Diretor encontra-se nesta função há dois anos e as séries oferecidas no turno que ele exerce essa função são do 6º ao 9º anos do Ensino Fundamental.

O Vice Diretor informou que não se deparou com situações de violência sexual na escola referida, mas saberia identificar esse tipo de agressão pelas mudanças de comportamento. Disse o gestor que as vítimas podem apresentar um comportamento oscilante e que também pode ser agressiva. Caso houvesse necessidade de intervir como gestor numa situação de violência sexual, afirmou que entraria em contato com o Conselho Tutelar e o CREAS, pois possui conhecimento da existência dos Serviços.

A escola não possui projetos de intervenção contra a violência sexual, mas disse o gestor que pode contribuir para a criação de tal projeto através de palestras educativas para pais, alunos e exibiria o filme Anjos do Sol que retrata a violência sexual. Disse ainda que a escola pode elaborar Projetos Interdisciplinares sobre sexualidade, pois é um assunto que pode ser trabalhado como tema transversal.

Por fim, disse que não saberia lidar com uma situação de violência sexual e acredita que a maior dificuldade que a escola pode enfrentar e enfrenta ao lidar com questões sobre esse tipo de agressão é a conversa com a família. “É dentro de casa que acontece a violência sexual na maioria das vezes”, disse o gestor.

### 5.1.2 Escola Particular Y

Os entrevistados desta Escola Particular de Educação Infantil e Fundamental Y foram duas professoras e uma Diretora. Esta escola oferece da Educação Infantil até o 9º ano do Ensino Fundamental.

#### 5.1.2.1 Docentes

A primeira professora entrevistada tem sua idade entre 31 a 35 anos, cursa o Ensino Superior em Pedagogia, tem três anos de experiência como docente e considera-se Cristã/Protestante. A série pela qual é responsável nesta escola é o 2º ano do Ensino Fundamental I, mas foi numa outra escola que se deparou com uma situação de violência sexual na sala de aula e era uma turma mista de 2º, 3º e 4º anos.

Ela contou que o padrasto abusava sexualmente da menina constantemente e ela percebia que a vítima se comportava diferente quando comparada as outras alunas. Disse a professora que soube ter sido violência sexual porque havia comentado com a diretora sobre comportamentos inadequados, brincadeiras sexualizadas da aluna e sérias dificuldades na aprendizagem que a mesma apresentava e a gestora revelou sobre o abuso. Afirmou a professora que, ao saber da situação, tratava na sala de aula assuntos sobre sexualidade.

Sobre reconhecer casos de violência sexual disse que saberia identificar pelo comportamento anormais e de duplo sentido, “procuro entender porque eles agem assim; ou eles viveram o que fazem ou andam vivendo”, disse a professora. Disse que se precisasse agir diante da revelação ou descoberta da agressão procuraria oferecer conforto, mas pelo constrangimento não saberia o que fazer: “acho que acionaria os órgãos competentes como o Juizado e o Conselho Tutelar”, afirmou.

Para ela, o diálogo aberto é o principal instrumento de enfrentamento contra a violência sexual e utilizaria filmes sobre superação, casos de fé e esperança para retratar pessoas que já viveram essa violência e se reergueram.

A indignação pessoal e o medo da exposição diante da possibilidade da vingança por parte dos responsáveis pela violência são os maiores desafios que imaginaria enfrentar como professora caso precisasse intervir numa situação em prol de um aluno seu.

#### 5.1.2.2 Gestor (a)

A gestora entrevistada desta escola foi a Diretora e dona da mesma. Sua idade está entre 31 a 35 anos, é graduada em Pedagogia, Pós Graduada em Psicopedagogia, tem cinco anos de profissão como gestora e considera-se Evangélica. A séries oferecidas por esta escola y é do Ensino Infantil ao 9º ano do Ensino Fundamental.

Não se deparou com casos de violência sexual na sua escola, mas afirmou saber reconhecer uma agressão como essa através do comportamento, pois a vítima pode manifestar de diversas formas. “Calada, silenciosa ou extrovertida e agressiva”, disse a gestora. Caso tivesse que intervir numa situação como essa, conversaria com a família e procuraria saber se a história era verdadeira e se fosse necessário denunciaria para o Conselho Tutelar.

Acredita que conscientizando os educadores através da formação continuada, pensaria, junto com os professores, pensaria na construção de um projeto em prol do enfrentamento da violência sexual. Disse que apesar de não ter sido um projeto, a escola já distribuiu jornais informativos sobre essa temática com o fim de preveni-los sobre o problema. Alertar aos pais por meio de palestras, reuniões, folders sobre o assunto da violência sexual são instrumentos que servem como alerta para os pais. Disse que a família precisa desse alerta porque fica cega ao se deparar com uma situação desse tipo dentro de sua casa devido aos laços familiares estabelecidos.

As maiores dificuldades enfrentadas pela escola para lidar com essa violência, segunda a gestora, é o medo das ameaças e retaliações. “Tenho muito medo disso”, disse a Diretora.

### **5.1.3 Escola Estadual W**

Os entrevistados desta Escola Estadual W foram dois gestores, (Coordenador e Vice Diretor) e um professor. Esta escola oferece do Ensino Fundamental ao Ensino Médio.

#### **5.1.3.1 Docente**

O professor entrevistado é formado em Biologia, Pós Graduado em Competências Educacionais, com idade entre 20 a 30 anos, possui oito anos de profissão e considera-se Cristão/ Protestante.

As turmas que leciona nesta Escola W são do Ensino Médio e afirma que não se deparou com casos de violência sexual. Porém, saberia identificar uma situação dessa, quando, ao trabalhar assuntos sobre sexualidade na sala de aula, o aluno demonstrasse timidez, frustração, desconforto e constrangimento. Caso tivesse que agir diante de um caso de violência sexual, comunicaria à coordenação da escola, buscaria serviço de apoio, entraria em contato com o Projeto Viver que cuida desses assuntos e em última instância denunciaria para a Delegacia de Polícia.

Para este professor, tratar sobre sexualidade de forma lúdica, utilizar relatos de jovens que já sofreram a violência, discutir e debater o tema são instrumentos de trabalho que o educador poderá utilizar para enfrentar a violência sexual infantojuvenil.

Por fim, os maiores desafios que imaginaria enfrentar como docente, caso precisasse intervir numa situação de violência sexual é “encarar o próprio relato do

aluno como vítima e lidar com a família, sendo ela ou podendo ser ela o agente agressor”, disse.

#### 5.1.3.2 Gestores

A gestora entrevista dessa Escola W é a Vice Diretora. Sua idade encontra-se entre 41 a 50 anos, possui Graduação em Pedagogia e é Pós Graduada em História. Considera-se evangélica, possui seis anos de profissão como gestora e as séries oferecidas nesta escola que trabalha é do Fundamental ao Ensino Médio.

Não se deparou com situações de violência sexual nesta escola, mas afirma que saber reconhecer as conseqüências dessa violência pelo fato da vítima apresentar tristeza, depressiva, arredia, mudar seu comportamento e mostrar deficiência na aprendizagem. “Marcas no corpo raramente são encontradas”, disse.

Afirmou que procederia como gestora, num caso de violência sexual, apenas se houvesse real garantia do sigilo da denúncia. “Denunciaria aos órgãos competentes caso sentisse segurança de não sofrer qualquer tipo de retaliação, pois o medo da vingança é muito grande”, afirmou.

Esta escola não possui projeto de intervenção contra esse tipo de violência, mas afirmou que pode contribuir para tal ação fomentando junto com a comunidade escolar, formas pedagógicas de informar e trabalhar esse tema. Para ela, a escola pode contribuir para o enfrentamento, esclarecendo sobre as possíveis atitudes preventivas contra essa agressão, acolhendo as vítimas, ouvindo e encaminhando quando tiver ciência da efetivação de um fato.

O maior desafio enfrentado pela escola, segundo ela, é o medo das retaliações pela falta de segurança no que tange as questões éticas, o que acarreta o medo pela própria vida, por conta do contexto social violento que estamos envolvidos.

O segundo gestor entrevistado foi o Coordenador da Escola W. Entre 36 a 40 anos está sua idade, é Graduado em Matemática e possui Pós Graduação em Matemática e Novas Tecnologias/ cursando e considera-se evangélico.

A séries oferecidas por esta Escola W é do Fundamental ao Ensino Médio, disse que, como coordenador, nunca se deparou com casos de violência sexual, mas reconheceria os sinais dessa violência pelo assédio sexual que, segundo ele, é muito comum nas escolas. Não só pelo assédio sexual, mas pelo gesto e comportamento tímido, retraído e introspectivo é possível identificar essa agressão.

Afirmou que a atitude que tomaria, caso tivesse que intervir em situações de violência sexual na escola que trabalha, era chamar os pais para conversar e havendo necessidade, acionaria o Conselho Tutelar.

A escola não possui nenhum projeto em prol dessa violência, mas disse que contribuiria à criação desta ação pensando num projeto que pudesse orientar o alunado sobre questões sexuais para que não sofram situações desse tipo. A escola, para ele, pode conscientizar os alunos para enfrentarem questões sobre violência sexual através de debates, discussões, vídeos e peças sobre a temática.

Sobre as dificuldades enfrentadas pelas escolas precisando lidar com tais questões, é a falta de preparo para intervir com essas situações, o que dizer para o aluno vítima num momento tão difícil e constrangedor.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

O resultado desta monografia revela questões sobre violência e, sobretudo, a sexual digno de suscitar reflexões, indignação, iniciativas urgentes e efetivas de enfrentamento contra as realidades identificadas neste trabalho. Serão considerados, no resultado final deste trabalho, verdades sobre o fenômeno da violência sexual constatadas em estudos bibliográficos acerca do tema e na pesquisa realizada em três escolas do município de Lauro de Freitas/BA.

Nas leituras realizadas sobre violências contra crianças e adolescentes e especificamente a sexual, foi percebido que, além de serem formas de se relacionar socialmente, não são práticas exclusivas do passado. A história denuncia uma realidade de violação de direitos infantojuvenis tão cruel quanto as existentes na contemporaneidade. É triste saber que antes do Estatuto da Criança e do Adolescente muitos desses sujeitos foram tratados com muita desumanidade e até mortos, e que depois da criação e implementação deste documento a realidade da violência contra eles não deixou de fazer presente nas relações sociais.

Como já escrito, o ECA possui 20 anos de existência, é um documento novo, mas esperou, infelizmente, muitas barbaridades contra esses sujeitos acontecerem para ser promulgado. E, apesar de existir e que bom que existe, infelizmente não modificou por completo a cruel realidade de violências contra sujeitos que vivem em condição peculiar de desenvolvimento biopsicossocial.

Os sujeitos vitimados são os mesmos, o que se modifica com o tempo são as formas pelas quais são praticadas as violações, as estratégias e os recursos por onde se viabilizam e efetivam as agressões. Antes, era normal negar o direito à vida às crianças deficientes no Monte Taigeto na Grécia, por elas assim terem nascido, mas hoje fetos de bebês também são lançados nas esquinas e crianças são abandonadas sutilmente pela falta de amor, cuidado e responsabilidade por parte daqueles que deveriam oferecer muito mais. O Taigeto deixou de existir na vida das crianças e dos adolescentes? Infelizmente, não! Ele apenas assumiu outras formas de machucar e violar direitos que são inerentes a pessoa humana.



As vítimas não mudam, mas a violência assume novas formas e serve a novos interesses de acordo com as modificações que o tempo sofre. A violência, antes e depois de Cristo possuía uma característica própria da época: o povo se reunia em praça pública para contemplar e acompanhar as condenações daqueles que eram considerados infratores da lei, pendurados em cruzes. Hoje, a mídia proclama a violência em um outro formato, com os programas de televisão e o público telespectador não precisa mais se deslocar para as praças, pois é nas suas casas e salas que passam a se reunir para acompanhar o desfecho de atos violentos anunciado pela mídia.

No que tange a violência sexual a criança vítima tende a reproduzir a violência vivida, geralmente dentro dos lares, em outros espaços sociais. A criança possui uma característica típica da sua natureza infantil que é a de reproduzir ações que sobre elas lhes servem como referência. Sejam referências benéficas ou maléficas, as crianças não possuem razão suficiente para escolher moralmente as que melhor lhes trarão benefícios para o seu desenvolvimento. Seus responsáveis são suas maiores referências e nesse sentido a violência sexual denuncia um sentido cruel de família, devido as relações que entre elas são estabelecidas.

É no âmbito familiar que a maioria dos casos ocorre e as pessoas que devem amar, cuidar e se responsabilizar pelo desenvolvimento sadio biopsicossocial desses das crianças e dos adolescentes, são, geralmente, os autores dessas agressões. É, após da contínua, mas não exclusiva, violência sexual dentro do ambiente familiar que esses sujeitos vivenciam e reproduzem de diversas formas as conseqüências dessa agressão em outros espaços sociais. A escola insere-se nesse contexto por ser um espaço social, movida por relações sociais e portanto, é um ambiente propício para conviver com o fenômeno dessa violência.

As vítimas mais afetadas por essas agressões são as mulheres, mas como vimos nas leituras sobre essa problemática, sujeitos do sexo masculino também sofrem violações contra a sua dignidade sexual. Essa realidade é constatada nos **Atendimentos** realizados pelo CREAS - Lauro de Freitas, ao se deparar com meninos de diversas idades, da infância à adolescência. Outro ponto relevante sobre a temática é que essa violência não tem cor, idade adequada e classe social exclusivamente afetada. A população pobre sofre mais e aparece com mais

intensidade na mídia, mas crianças pertencentes a sociedade de classe média e média alta também são vítimas da violência sexual.

As falas dos profissionais entrevistados muito ajudou à pesquisa acerca das contribuições das escolas no enfrentamento da violência sexual infantojuvenil. A intenção era conhecer como as escolas tem contribuído e poderão contribuir para o enfrentamento da violência sexual infantojuvenil. Foram entrevistados profissionais de escolas distintas, com idades diferenciadas, tempo de profissão distinguidas, enfim, homens e mulheres com posicionamentos e experiências diversas.

Foram analisadas as falas de quatro docentes, sendo que dois tiveram experiências com situações de violência sexual na sala de aula que lecionaram. O que diverge nas falas das duas profissionais que lidaram com tais situações é que uma professora, com experiência profissional menor, quando relacionada a da colega e ainda se formando em Pedagogia, não soube identificar os sinais de violência sexual na situação que resumiu, diferente da outra professora que reconheceu facilmente alguns possíveis sinais da referida agressão.

O que há em comum nas duas falas, apesar de terem se deparado com a mesma violência são as afirmações de saberem reconhecer as conseqüências dessa agressão pelos indícios do comportamento. Ficou claro nos depoimentos desses profissionais e agora refiro-me a todos os entrevistados, docentes e gestores, que as marcas físicas raramente evidenciam essa violência e pelo comportamento as vítimas conseguem expressar facilmente os sinais da violência sofrida.

Todos eles acreditam no valor orientador, informativo, preventivo e formativo da educação a favor do enfrentamento e utilizariam instrumentos pedagógicos e o diálogo aberto para tal fim. Algo ímpar nesta situação foi o relato de uma dessas professoras, uma que considera-se evangélica, pois a mesma sugeriu um caráter de ação religiosa na fala quando disse que mostraria casos de fé e esperança para as pessoas que sofreram a violência. Aponta que a condição religiosa do profissional pode influenciar na intervenção da situação, mesmo numa sociedade como a brasileira, que, pela Constituição Federal, é ou deveria ser laica.

Diante da situação, as duas docentes que lidaram com a violência sexual apresentaram caminhos de intervenção não eficazes, mostraram não conhecer o

Serviço do CREAS, apesar deste realizar palestras educativas com o fim de anunciar a existência do Serviço e informar sobre como os profissionais poderão agir diante de uma situação de violência sexual.

Os professores que não tiveram experiências com a violência sexual nos seus ambientes de trabalho apresentaram idéias de construir Projetos Interdisciplinares sobre sexualidade, como instrumento de enfrentamento, mas nenhuma escola entrevistada possuía o projeto construído. É uma realidade triste e boas intenções, neste caso, não possui valor sem suas devidas concretizações. A maioria afirmou a importância da orientação tanto para os alunos quanto para os pais desses educandos, porém nenhuma fala de ações efetivadas foram encontradas nestas escolas.

É notório, nas falas dos entrevistados que o Conselho Tutelar é mais popular para a comunidade escolar e apenas dois gestores de diferentes escolas citaram nos seus depoimentos a ciência da existência do Serviço do CREAS. Uma realidade curiosa porque muitas palestras são realizadas nas escolas Municipais, Estaduais e Particulares do Município de Lauro de Freitas, mas mesmo com todo o trabalho e iniciativa de enfrentamento desta Instituição o seu Serviço pouco é conhecido, não por falta de atuação.

Por último, sobre os maiores desafios enfrentados pela escola ao precisarem intervir em tais casos são o despreparo citado na fala de alguns gestores para lidarem com essa agressão, a conversa com a vítima e com a família e o fato mais importante e presente na maioria das falas dos entrevistados que tiveram ou não experiências com violência sexual nos seus trabalhos: o medo das retaliações.

O despreparo foi citado mais nas falas dos profissionais do sexo masculino, pois estes apresentaram um sentimento constrangedor na precisão de intervirem em tais situações, apesar da atuação do CREAS orientadora e informativa ser intensa nas escolas. A conversa com a família foi referida e argumentada pelo constrangimento que a situação carrega consigo e por saberem que é dentro da família que o autor da agressão, geralmente, poderá estar e o medo das retaliações diante do ato da denúncia, cujo ponto merece mais atenção.

A maioria dos entrevistados declararam medo de vingança, retaliações e descrédito acerca da segurança do sigilo ético necessário para que uma denúncia seja efetuada. Apontaram, que, por consequência dessa insegurança, a atitude política e humana de denunciar um caso de violência sexual encontra-se ameaçada pela força da violência. De acordo com a pesquisa, denunciar, para a maioria desses profissionais, não é uma atitude fácil de ser tomada assim como é apregoada pelo ECA e pelos órgãos competentes contra essa violência e apontaram não deixar de serem professores e acima de tudo, humanos por não efetuarem a denúncia.

Deixaram claro nas suas respostas sobre o tema que se sentem inútil diante das situações, violentados por conhecerem a atitude correta a ser tomada, mas que assim não agem devido a opressão que os impedem de realizar o que realmente deve ser feito. Conhecem suas obrigações como docentes, como educadores, pessoas humanas, responsáveis pela promoção e proteção dos direitos infantojuvenis, mas o medo da violência impera terror e os fazem assumir uma atitude omissa e negligente diante de situações que exigem deles ações efetivas de proteção a indivíduos em situação peculiar de desenvolvimento.

Diante de toda essa realidade como ficam os indivíduos que precisam do cuidado e da proteção integral de seus direitos como sujeitos em processo de desenvolvimento biopsicossocial? Esses profissionais demonstraram ter consciência do compromisso humano e profissional com a denúncia, indicada, até, pelo ECA, porém não consideram a atitude de denunciar, mesmo anonimamente, uma situação segura para as suas vidas pessoais, considerando o contexto violento que estão inseridos.

Essa omissão pode ser considerada egoísta? O que fazer para mudar esse quadro? De quem é a culpa, onde está localizada a falha? Será que a solução é continuarmos fechando nossos olhos e abrirmos espaços para a omissão passiva e ativa de muitos? Será que os professores deixam de ser humanos por não denunciarem uma situação de violência e quando optam pelo silêncio que tanto favorece a cultura da violência infantojuvenil por conta da iminência de uma retaliação contra a sua vida?

O final desta pesquisa encontra-se repleta de questionamentos dignos de futuros estudos e pesquisas, mas pode-se ter certeza de uma verdade: devemos continuar

lutando contra a omissão, negligência e naturalização de ações que não podem se tornar imutáveis. No meio de toda essa discussão, vítimas duas vezes são as crianças e os adolescentes. Vítimas pela própria violência que se aproveita da vulnerabilidade desses sujeitos e prejudicadas pela omissão passiva e ativa de muitos que também passam a ser vítimas da violência que impera o medo e a opressão sobre o que deve ou não ser realizado. Lutemos, portanto, para que o arbitrário não continue tendo força de lei e a humanidade não se desumanize pela força da violência.

## REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, Miriam. **Violências nas escolas**/ Miriam Abramovay et al. Brasília: UNESCO Brasil, REDE PITÁGORAS, Coordenação DST/AIDS do Ministério da Saúde, a Secretaria de Estado dos Direitos Humanos do Ministério da Justiça, CNPq, Instituto Ayrton Senna, UNAIDS, Banco Mundial, USAID, Fundação Ford, CONSED, UNDIME, 2002.

ARENDDT, H. **Da Violência**. Hannah Arendt; trad. Maria C. Drummond, 2004.

ARRUDA J. Silva, SANDRA Santos (Orgs). **Viva Maria! Viva João!** Construindo estratégias para o enfrentamento à exploração sexual. CEDECA/BA 1. Ed. 2009; 1º triagem 2009.

BARBOSA, D. K. **Modelos de Intervenções à Criança e ao Adolescentes vítimas de Violência**. Biguaçu, 2007.

BATISTA. R. S. **Abuso Sexual a Menores**. Coimbra – Janeiro, 2006.

BRASIL. **Estatuto da Criança e do Adolescente**/ Secretaria Especial dos Direitos H; Ministério da Educação, Assessoria de Comunicação Social. Brasília: MEC, ACS, 2005.

CAMBI, F. **História da Pedagogia**. São Paulo: Editora Unesp, 1999.

DINIZ, N.M.F, SANTOS M.F.S, Lopes R.L.M. **Representações sociais da família e violência**. Rev Latino-am Enfermagem. São Paulo, novembro-dezembro, 2007.

FALEIROS, E. T. S.; CAMPOS, J. de O. **Repensando os conceitos de Violência, Abuso e Exploração Sexual de Crianças e de Adolescentes** – Brasília, 2000.

FALEIROS, Vicente de Paul; FALEIROS, Eva Silveira. **ESCOLA QUE PROTEGE: Enfrentando a violência contra crianças e adolescentes**. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2007.

GUERRA, V. N. de A. **Violência de pais contra filhos: a tragédia revisitada**. S. Paulo.- 4. Ed. Revista e ampliada. Cortez, 2001.

HEYWOOD, Collin. **Uma História da Infância**: da Idade Média à época contemporânea no Ocidente/ Collin Heywood; trad. Roberto Cataldo Costa. – Porto Alegre: Artmer, 2004.

JESUS, S. N. **Perspectiva para o bem-estar docente**. In: Os Professores: identidades (re) construídas. 1º Ed: edições Universitárias Lusófonas, Abril 2004.

KALY, A. P. **Medo, Vergonha, Necessidade e Protagonismo**: Os meninos de rua em Salvador/BA e em Dacar – Senegal – 2005.

MACHADO, Luana. **O abuso sexual infanto-juvenil e seu tratamento no direito penal**. Tubarão, 2008.

MARTINS, Rogéria da S. **Abuso Sexual e a Escola**: o público e o privado na “gestão democrática” das políticas públicas – 2007, 148 f.:il.

MOURA, C. M; et al. **Reconstrução de vidas: como prevenir e enfrentar a violência doméstica, o abuso e a exploração sexual de crianças e adolescentes**. São Paulo: SMADS. SEDES Sapientae, 2008.

NAVIO, V. L. R. **Resiliência**: significados e usos do conceito por psicólogos na área da infância – 2008, f.: il.

OZELLA, Sérgio (Org.). **Adolescências construídas**: a visão da psicologia sócio-histórica – São Paulo: Cortez, 2003.

SANTOS, B. R.; IPOLLITO, Rita (Coor.). **Guia Escolar: Métodos para Identificação de Sinais de Abuso e Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes**. 2. ed Ver e Atual. – Brasília: Secretaria Especial dos Direitos Humanos e Ministério da Educação, 2004.163p.

SÍLVIA, Ana B. B. **Mentes Perigosas: o psicopata mora ao lado**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2008.

VAZ, Marlene. **As Identidades dos Caminhoneiros** – Estudo sobre a Exploração Sexual Comercial contra Meninas em Rodovias do Estado da Bahia. Brasil. Bahia, 2007.

## **APÊNDICES**





**UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA  
FACULDADE DE EDUCAÇÃO  
PROJETO DE MONOGRAFIA  
ORIENTANDA LÍTSIA COELHO CARVALHO DA FONSECA  
ORIENTADORA Dr<sup>a</sup>. CELMA BORGES**



**QUESTIONÁRIO**

Questionário elaborado para compor a pesquisa sobre As Contribuições da Escola no Enfrentamento da Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes, do Projeto de Monografia, orientado pela professora Celma Borges.

*Olá!*

*Este questionário foi elaborado para que, ao respondê-lo, você contribua na construção do Projeto de Monografia do curso de Pedagogia da Universidade Federal da Bahia, do período 2010.2, a compreender de que maneira a escola, como instituição formal de ensino, tem contribuído e poderá contribuir para o enfrentamento da Violência Sexual contra crianças e adolescentes. Procure ser o mais fiel à sua realidade quando for responder às perguntas. Por fim, fique tranquilo, pois suas respostas serão mantidas a salvo de qualquer uso indevido.*

**1ª etapa: Conhecendo você:**

- A. Nome (opcional) \_\_\_\_\_
- B. Sexo: ( ) Masculino ( ) Feminino
- C. Idade: ( ) 20-30 anos ( ) 31-35 anos ( ) 36-40 anos ( ) 41-50 anos
- D. Escolaridade: Graduação \_\_\_\_\_ Pós Graduação \_\_\_\_\_
- E. Tempo de Profissão: \_\_\_\_\_
- F. Religião: \_\_\_\_\_
- G. Séries oferecidas por esta escola: \_\_\_\_\_

**2ª etapa: Enfrentamento da Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes:**

- A. Já se deparou com situações de violência sexual na escola que trabalha?
- SIM ( ) NÃO ( )
- B. Em caso afirmativo, resuma a situação. Sem revelar a identidade da vítima, conte o que ocorreu e como aconteceu o fato?
- \_\_\_\_\_
- \_\_\_\_\_
- \_\_\_\_\_
- \_\_\_\_\_

C. O que te ajudou a identificar que era violência sexual e como procedeu, como gestora, diante da situação?

---

---

---

D. De quais formas você identifica uma situação de violência sexual contra crianças e adolescentes?

---

---

---

E. Como você procederia, como gestor (a), se uma criança ou adolescente revelasse ou mostrasse estar sendo abusada sexualmente?

---

---

---

F. Esta escola possui algum projeto de intervenção em prol do enfrentamento da violência sexual contra crianças e adolescentes?

SIM ( ) NÃO ( )

G. Caso afirmativo, fale sobre o Projeto.

---

---

---

H. Em caso negativo, como você pode contribuir para a criação de tal projeto?

---

---

---

I. Dê sua posição sobre como a escola, enquanto instituição formal de ensino, pode contribuir para o enfrentamento da violência sexual infantojuvenil.

---

---

---

---

---

---

J. Na sua opinião, quais as maiores dificuldades as escolas enfrentam para lidarem com situações de violência sexual contra crianças e adolescentes?

---

---

---

---

***Obrigado pela sua contribuição para nossa pesquisa!***